2010

Conab
Companhia Nacional de Abastecimento

RELATÓRIO ANUAL DE ATIVIDADES DA AUDITORIA INTERNA - RAINT

Índice

Conteúdo

1. Apresentação....3
2. Perfil da Companhia....3
2.1. Denominação e Natureza Jurídica....3
2.2. Finalidade e Objetivos....3
2.3. Missão Institucional e Contexto Operacional....4
2.4. Estrutura Organizacional da Conab....5
3. Auditoria Interna - Audin....6
3.1. Orientação Normativa e Supervisão Técnica....6
3.2. Competências Regimentais e Estrutura Organizacional....6
4. Descrição das Ações Realizadas pela Auditoria Interna....7
4.1. Recursos Humanos....12
4.2. Outros Recursos Empregados....13
5. Implementação e Cumprimento de Recomendações....13
5.1. Recomendações Oriundas da Controladoria Geral da União - CGU e do Tribunal de Contas da União - TCU....13
5.2. Recomendações Formuladas pela Audin....14
5.3. Decisões e Recomendações do Conselho Fiscal e do Conselho de Administração da Companhia....16
5.3.1. Recomendações do Conselho Fiscal....16
5.3.2. Decisões e Recomendações do Conselho de Administração....16
5.4. Ouvidoria....17
5.5. Denúncias....17
6. Entidade Fechada de Previdência Complementar - Cibrius....17
7. Relato Gerencial sobre Áreas Finalisticas....18
7.1. Unidades Armazenadoras - UAs....18
7.2. Política de Garantia de Preços Mínimos – PGPM....19
7.2.1 Aquisição do Governo Federal – AGF....19
7.2.2 Prêmio Equalizador Pago ao Produtor Rural e/ou sua Cooperativa – Pepro....20
7.2.3 Prêmio de Escoamento de Produto - PEP....21
7.3. Vendas em Balcão....21
8. Relato das Auditorias Extraordinárias....22
8.1. Sureg-PE....22
8.2. Sureg-PB....22
8.3. Sureg-GO....23
8.4. Sureg-CE....23
9. Avaliação dos Indicadores de Desempenho e Tecnologia da Informação....25
10. Procedimentos Licitatórios....25
10.1. Licitações e Contratos no Exercício de 2010....25
10.2. Acompanhamento das Contratações Diretas....26
11. Execução de Convênios....26
12. Consistência da Folha de Pagamento....27
13. Processo de Prestação de Contas da CONAB....28
14. Auditoria Contábil e Financeira - CF....28
14.1. Sureg-MA....29
15. Análise de Riscos das Ações de Auditoria de 2010....30
16. Problemática Administrativa – Gestão de Pessoas....36
17. Ações de Capacitação....37
18. Ações de Fortalecimento da Unidade de Auditoria Interna....38
18.1. Normativos Internos....38
18.2. Desenvolvimento de Metodologias e *Softwares*....38
18.3. Carreira do Auditor Interno....38
19. Considerações Finais....40

1. Apresentação

Como resultado do exercício das competências institucionais conferidas à Auditoria Interna da Conab, o presente Relatório tem por objetivo expor detalhadamente as atividades executadas no ano de 2010, as quais foram previstas no Plano Anual de Atividades de Auditoria Interna – PAINT. Afora tais atividades, este Relatório apresenta, também, a execução de ações críticas ou não planejadas, mas que exigiram atuação direta da Audin. Tais demandas, de atendimento imediato, são partes das atribuições regimentais também conferidas à Audin, que é órgão de assessoramento, avaliação, acompanhamento e consultivo.

As informações contidas neste Relatório, além de atenderem a previsão do PAINT, atendem ao que determina a Controladoria-Geral da União – CGU por meio da Instrução Normativa n.º 07, de 29 de dezembro de 2006, Título II, artigo 10 e Instrução Normativa n.º 01, de 3 de janeiro de 2007, Título II, artigos 3º ao 8º. Para otimizar sua leitura, todas as informações foram sistematizadas em tópicos detalhados a fim de propiciar uma visão clara da comparação existente entre o que foi realizado e o que foi programado para o ano de 2010.

Dessa forma, são apresentadas todas as ações desenvolvidas, desde as auditorias previstas às extraordinárias, com observação estrita para a elaboração de relatórios, execução de análises e avaliações das respostas das áreas auditadas, além da prestação de assistência e suporte às ações da CGU e do TCU.

Como resultado desta assistência, este relatório discorre acerca da implementação ou cumprimento das recomendações ou determinações pelos órgãos central e setorial do Sistema de Controle Interno do Poder Executivo Federal e pelos Conselhos de Administração e Fiscal, bem como faz um relato gerencial sobre a gestão de áreas essenciais da Companhia.

Por fim, este Relatório presta-se, ainda, a identificar os fatos relevantes de natureza administrativa os quais causaram impacto sobre a Audin, relata as ações de capacitação de empregados realizadas ao longo do ano de 2010, demonstra o reflexo de tais ações para o fortalecimento da Unidade e ressalta a intenção perene de perseguição, pela Audin, do objetivo estratégico de excelência organizacional interna mediante análise e aplicação sistematizada do Manual de Auditoria Interna – MAI.

2. Perfil da Companhia

2.1. Denominação e Natureza Jurídica

A Companhia Nacional de Abastecimento – Conab é uma empresa pública federal dotada de personalidade jurídica de direito privado. Foi criada pela Lei n.º 8.029, de 12 de abril de 1990, e instituída com base em seu Estatuto Social, aprovado pelo Decreto n.º 99.944, de 26 de dezembro de 1990, seguido das alterações constantes dos Decretos n.º 369, de 19 de dezembro de 1991; s/n.º, de 3 de julho de 1995; n.º 1.816, de 9 de fevereiro de 1996; s/n.º, de 19 de dezembro de 1996; n.º 2.390, de 19 de novembro de 1997; n.º 3.336, de 13 de janeiro de 2000, e n.º 4.514, de 13 de dezembro de 2002.

2.2. Finalidade e Objetivos

A Conab tem por finalidade executar a política agrícola no segmento do abastecimento alimentar; a Política de Garantia de Preços Mínimos – PGPM e o fornecimento de subsídios ao Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento – MAPA na formulação e no acompanhamento das referidas políticas; e na fixação dos volumes mínimos dos estoques reguladores e estratégicos. É regida pela Lei n.º 8.029, Lei Agrícola (Leis n.º 8.171 e n.º 8.174, de

30 de janeiro de 1991), pelo seu Estatuto e, subsidiariamente, pelas normas de direito aplicáveis. E tem os seguintes objetivos básicos:

- Planejar, normatizar e executar a Política de Garantia de Preços Mínimos do Governo Federal;
- Implementar a execução de outros instrumentos de sustentação de preços agropecuários;
- Executar as políticas públicas federais referentes a armazenagem da produção agropecuária;
- Coordenar ou executar as políticas oficiais de formação, armazenagem, remoção e escoamento dos estoques reguladores e estratégicos de produtos agropecuários;
- Encarregar-se da execução das políticas do Governo Federal, nas áreas de abastecimento e regulação da oferta de produtos agropecuários, no mercado interno;
- Desenvolver ações no âmbito do comércio exterior, consoante diretrizes baixadas pelo MAPA, observando o Decreto n.º 3.981, de 24 de outubro de 2001, que dispõe sobre a Câmara de Comércio Exterior – Camex, do Conselho de Governo, e dá outras providências;
- Participar da formulação da política agrícola; e
- Exercer outras atividades, compatíveis com seus fins, que lhe sejam atribuídas ou delegadas pelo Poder Executivo.

2.3. Missão Institucional e Contexto Operacional

A missão institucional da Conab é de contribuir para a regularidade do abastecimento e garantia de renda ao produtor rural, participando da formulação e da execução das políticas agrícolas e de abastecimento.

Para cumprir com sua missão e suas competências estatutárias, a Conab atua:

- Na formação dos estoques públicos;
- Na garantia e sustentação de preços na comercialização de produtos agropecuários e execução de programas de escoamento de produtos;
- Na comercialização de estoques públicos;
- Na movimentação de estoques públicos;
- Nas pesquisas e avaliação de safras;
- Na operacionalização do Programa de Aquisição de Alimentos da Agricultura Familiar – PAA;
- Na execução dos serviços de armazenagem e no acompanhamento do setor;

- Na fiscalização dos estoques públicos;
- No apoio aos pequenos suinocultores, avicultores, granjeiros e moinhos coloniais;
- Na organização dos micros e pequenos varejistas;
- No fomento ao desenvolvimento do setor de hortigranjeiros e na modernização do processo de gestão e da infra-estrutura de comercialização;
- No apoio à política de segurança alimentar e nutricional – Fome Zero;
- Na execução do programa de distribuição de alimentos; e
- Na disseminação de conhecimentos e informações, entre outras iniciativas.

O caráter executório da Conab ainda engloba a possibilidade de prestação, mediante remuneração, de apoio técnico e administrativo ao Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento - MAPA e aos outros órgãos e entidades públicas, na execução das ações decorrentes dos mandamentos da Lei Agrícola e do preceito institucional de organizar o abastecimento alimentar.

2.4.Estrutura Organizacional da Conab

A estrutura orgânica básica da Conab tem a seguinte constituição:

1. Conselho de Administração
   - ❖ Composição:
     - Secretário-Executivo do MAPA, que o presidirá;
     - Presidente da Conab, que substituirá o Secretário-Executivo;
     - Até 03 (três) representantes do MAPA; e
     - Representante do Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão – MPOG.
2. Conselho Fiscal
   - ❖ O Conselho Fiscal é composto por 03 (três) membros efetivos e respectivos suplentes, sendo 01 (um) representante do Tesouro Nacional e 02 (dois) representantes do MAPA.
3. Diretoria Colegiada
   - ❖ Composição:
     - Presidente;
     - Diretor da Diretoria Administrativa;

- Diretor da Diretoria Financeira;
- Diretor da Diretoria de Política Agrícola e Informações; e
- Diretor da Diretoria de Operações e Abastecimento.

3. Auditoria Interna - Audin

3.1.Orientação Normativa e Supervisão Técnica

A Audin, órgão de controle interno da Companhia, é hierarquicamente subordinada ao Conselho de Administração da Conab - Conad e administrativamente à Presidência, conforme rege o art. 12, § 2.º, do Estatuto Social da Companhia Nacional de Abastecimento - Conab, regulado e aprovado pelo Decreto n.º 4.514, de 13 de dezembro de 2002, e publicado no DOU, de 16.12.2002.

No desempenho de suas atividades específicas, a Audin atende e remete-se aos Conselhos de Administração e Fiscal da Conab e aos órgãos de Controle Interno e Externo, a exemplo da Secretaria Federal de Controle Interno – SFC e do Tribunal de Contas da União – TCU.

Isto ocorre porque a Audin está sujeita à orientação normativa e à supervisão técnica do Órgão Central do Sistema de Controle Interno do Poder Executivo Federal, conforme art. 15, do Decreto n.º 3.591, de 6 de setembro de 2000, com a redação dada pelo Decreto n.º 4.440, de 25 de outubro de 2002, e a sua metodologia de trabalho guarda consonância com aquela adotada na esfera da SFC/CGU, por força do item 11, Seção I, Capítulo X, do Manual do Sistema de Controle Interno do Poder Executivo Federal, aprovado na forma de Anexo da IN/SFC n.º 01, de 6.4.2001.

3.2.Competências Regimentais e Estrutura Organizacional

O objetivo básico da Auditoria Interna é auxiliar os gestores no desempenho de suas funções, por meio do fornecimento de análises, apreciações, recomendações e comentários pertinentes aos atos e fatos examinados. Nesse sentido, o trabalho do auditor interno permeia todas as atividades da Companhia, de forma a obter uma visão mais completa das operações e dos procedimentos administrativos.

As competências regimentais da Audin foram assim delineadas:

I - realizar auditoria de avaliação e acompanhamento da gestão sob os aspectos orçamentário, financeiro, contábil, operacional, legal/trabalhista e de sistemas, objetivando uma maior eficiência, eficácia, economicidade, equidade e efetividade nas ações desenvolvidas pela Conab, consoante o "*Plano Anual de Atividades da Auditoria Interna*";

II - realizar auditoria na entidade fechada de previdência complementar em que a Conab figure como patrocinadora, assim como nas entidades coligadas e controladas que, eventualmente, vierem a ser consideradas como tal;

III - proceder a avaliação dos procedimentos administrativos e operacionais, no que se refere à conformidade com a legislação, regulamentos e normas a que se sujeitam**;**

IV - avaliar e propor medidas saneadoras voltadas para a eliminação e/ou mitigação dos riscos internos e externos identificados nas ações de auditoria e em análises prospectivas complementares;

V - desenvolver trabalhos de auditoria de natureza especial, não previstos no Plano Anual de Atividades de Auditoria, assim como elaborar estudos e relatórios específicos, por demanda dos Conselhos de Administração e Fiscal, e de membros da Diretoria Colegiada;

VI - proceder ao exame da Prestação de Contas Anual da Companhia, emitindo parecer conclusivo;

VII - estabelecer planos, programas de auditoria, critérios, avaliações e métodos de trabalho, objetivando uma maior eficiência, eficácia e efetividade dos controles internos;

VIII - elaborar o Plano Anual de Atividades de Auditoria Interna, Relatório Anual de Atividades da Auditoria Interna, assim como manter atualizado o Manual de Auditoria Interna;

IX - analisar e emitir parecer sobre os indicadores relativos ao "*Sistema de Avaliação Permanente do Desempenho da Companhia*";

X - coordenar as ações necessárias, objetivando prestar informações, esclarecimentos e oferecer razões de justificativa aos órgãos de controle interno e externo;

XI - examinar e emitir parecer sobre Tomada de Contas Especial, no que se refere ao cumprimento dos normativos a que se sujeita, emanados do órgão de controle externo;

XII - prestar orientação às demais unidades orgânicas da Companhia nos assuntos inerentes à sua área de competência.

Para cumprimento de seus objetivos e missões regimentais a Audin conta com três Gerências: a Gerência de Desenvolvimento Técnico-Operacional – Gedop, a Gerência de Auditoria – Geaud e a Gerência de Riscos - Geris.

4. Descrição das Ações Realizadas pela Auditoria Interna

No exercício de 2010, as auditorias ordinárias foram planejadas em programas de auditoria próprios, cujos objetos foram criteriosamente especificados, levando-se em conta, além do cumprimento normativo, os aspectos relacionados à relevância estratégica, materialidade, fragilidade de controles e criticidade. Ademais, foram identificados e avaliados os riscos inerentes a cada ação de auditoria. As vulnerabilidades encontradas, além de serem objeto de recomendação nos relatórios de auditoria correlatos, também serviram de subsídio para a definição das novas ações de auditoria para o ano de 2011.

Foram realizadas auditorias nas áreas finalísticas da Companhia relativamente à Política de Garantia de Preços Mínimos – PGPM com e sem formação de estoques; Vendas em Balcão; Unidades Armazenadoras próprias e no Acordo de Cooperação Técnica firmado com o Ministério de Desenvolvimento Social – MDS para execução do Programa de Aquisição de Alimentos da Agricultura Familiar – PAA. Nas áreas meio foram realizadas ações nas áreas de licitações e contratos e Folha de Pagamento.

Complementando as auditorias ordinárias, por força das competências regimentais da Audin, foram executadas ações de auditoria de avaliação de balanço com vista a emissão do parecer de auditoria interna para compor o Processo de Prestação de Contas da Conab e ainda as auditorias contábeis-financeiras preparatórias para o encerramento do exercício.

Em 2010 a Audin deu continuidade aos trabalhos de supervisão no Instituto Conab de Seguridade Social – Cibrius por meio de realização de auditoria especial, no qual procedeu-se a análise das contas relativas aos exercícios de 2002, 2003 e 2009. Tal medida objetivou atender ao Acórdão n° 2.887/2008 – TCU.

A Audin realizou, também, auditorias extraordinárias por demandas feitas pela Ouvidoria, Presidência da Companhia e Diretoria Colegiada.

A materialidade das áreas auditadas ultrapassa a cifra de R$6,0 bilhões de reais, conforme se observa na tabela 1, sendo que o volume de recursos auditados, com base nas amostras selecionadas, foi de R$3,67 bilhões, uma representatividade significativa de 60,38%. Os números estão demonstrados em detalhe no **Anexo 1.**

Tabela 1

Área de Atuação da Auditoria Interna – Exercício 2010

MATÉRIA AUDITADA	*PROGRAMA*	*AÇÃO*	*DOTAÇÃO (R$)*
Balanço (1)	Todos	Todas	2.686.949.853,66
Contábil-Financeiro (1)	Todos	Todas	241.991.225,86
Licitações e Contratos (2)	Abastecimento Agroalimentar	Gestão e Administração do Programa	99.600.000,00
Administrativo (2)			
Folha de Pagamento (2)			345.142.641,00
Unidades Armazenadoras (2)		Administração da Rede Armazenadora	21.050.000,00
Cibrius (2)		Contribuição à Previdência Privada	24.661.884,00
Política de Garantia de Preços Mínimos - PGPM - AGF (2)		Formação de Estoques Públicos	2.300.000.000,00
Política de Garantia de Preços Mínimos - PGPM - PEP e PEPRO (5)		Garantia e Sustentação de Preços	96.143.962,84
Termo de Cooperação Técnica Conab/MDS - PAA (3)	-	-	240.000.000,00
Venda Balcão (4)	-	-	13.658.967,48
Auditoria de Gestão (1)	Todos	Todas	19.857.019,83
Total			**6.089.055.554,67**

FONTE: Siafi

1. **Total do ativo**
2. **Dotação orçamentária**
3. **Total de recursos disponibilizados em 2009**
4. **Total de vendas**
5. **A Ação "Garantia e Sustentação de Preços" está inserida no programa "Abastecimento Agroalimentar, porém é integrante das Operações Oficiais de Crédito do Ministério da Fazenda.**
   A Conab recebe os recursos do Tesouro Nacional e executa os pagamentos dos prêmios.
   Valor dos prêmios pagos nas unidades auditadas.

O PAINT contemplou a programação de auditorias na Matriz e em todas as Superintendências Regionais de acordo com as necessidades detectadas pela Audin.

Foram programadas 29 (vinte e nove) auditorias para o exercício 2010, sendo 24 (vinte e quatro) nas Suregs, 04 (quatro) na Matriz e 01 (uma) no Cibrius, distribuídas da seguinte forma:

- 08 Auditorias de Avaliação de Gestão (Balanço), sendo 01 na Matriz e 07 nas Superintendências Regionais;

- 17 Auditorias de Acompanhamento da Gestão (nas áreas administrativas e em sistemas operacionais), sendo 03 na Matriz e 14 nas Superintendências Regionais;
- 03 Auditorias Contábéis-Financeiras nas Superintendências Regionais;
- 01 Auditoria Especial – Cibrius.

Durante o exercício de 2010 foram realizadas 32 auditorias, sendo:

- 08 Auditorias de Avaliação de Gestão – Balanço Financeiro, sendo 01 na Matriz e 07 nas Superintendências Regionais;
- 20 Auditorias de Acompanhamento de Gestão – Sendo 19 nas Superintendências Regionais e 01 na Matriz;
- 02 Auditorias Contábeis-Financeiras nas Superintendências Regionais.
- 02 Auditorias Especiais – Cibrius.

Foram auditadas todas as unidades em suas diversas áreas e setores, como podemos observar na tabela 2.

Tabela 2

Descrição das ações de auditoria interna quanto ao número dos relatórios, unidades/área/setores, escopo dos trabalhos e cronograma executado no exercício/2010.

NUMERO DO RELÁTORIO	CRONOGRAMA EXECUTADO		UNIDADE	ÁREA	SETORES	ESCOPO DOS TRABALHOS	OBS
	Inicio	Fim					
1-Extraordinária	11.4.2010	23.4.2010	Sureg/PE	Gefad	Seade	Veículos/SAS/Pessoal	
2-Extraordinária	23.5.2010	5.6.2010	Sureg/PB	Gefad	Seade	ADV/PCV/ outros	
3-Extraordinária	8.6.2010	11.6.2010	Sureg/GO	Gefad	Seade	Contrato SINTRAM	
1	31.1.2010	13.2.2010	Sureg/SP	Gefad	Seade	Licitações e Contratos	
2	31.1.2010	13.2.2010	Sureg/PA	Gefad	Seade	Licitações e Contratos	
3	1.3.2010	12.3.2010	Matriz	Difin	Sucon	Balanço	
4	7.2.2010	13.2.2010	Sureg/TO	Gefad	Secof	Balanço	
5	24.1.2010	30.1.2010	Sureg/CE	Gefad	Secof	Balanço	
6	21.2.2010	27.2.2010	Sureg/RJ	Gefad	Secof	Balanço	
7	17.1.2010	30.1.2010	Sureg/MS	Gefad	Secof	Balanço	
8	21.2.2010	27.2.2010	Sureg/MG	Gefad	Secof	Balanço	
9	7.2.2010	13.2.2010	Sureg/GO	Gefad	Secof	Balanço	
10	17.1.2010	30.1.2010	Sureg/MT	Gefad	Secof	Balanço	
11	25.4.2010	8.5.2010	Sureg/RO	Geope	Sepab	MDS/PAA	
12	11.4.2010	23.4.2010	Sureg/PE	Gefad	Seade	Licitações e Contratos	
13	23.5.2010	5.6.2010	Sureg/PB	Geope	Seope	Vendas Balcão	
14	31.5.2010	11.6.2010	Sureg/RN	Geope	Seope	Vendas Balcão	
15	2.5.2010	15.5.2010	Sureg/BA	Geope	Sepab	MDS/PAA	
16	16.5.2010	29.5.2010	Sureg/MS	Geope	Seope	UAs	
17	20.6.2010	3.7.2010	Sureg/SC	Geope	Sepab	MDS/PAA	
18	28.6.2010	9.7.2010	Sureg/CE Supab/DF	Geope	Seope	Vendas Balcão	

19	12.7.2010	23.7.2010	Sureg/MT	Geope	Secom	Pepro	
20	26.7.2010	6.8.2010	Sureg/GO	Geope	Seope	UAs	
21	19.5.2010	28.5.2010	Matriz	Geope	Secom	AGF	
22	9.8.2010	21.8.2010	Sureg/SP	Gefad	Secof	CF	
23	15.8.2010	28.8.2010	Sureg/RS	Geope	Secom	PEP	
24	1.10.2010	1.2.2010	Matriz	Dirad	Sureh	Folha de Pagamento	
25	22.11.2010	3.12.2010	Sureg/RR	Gefad	Secof	CF	
26	20.9.2010	7.10.2010	Sureg/MA	Geose Gefad	Seopi/Segeo Seade/Secof	Gestão	
Nota Técnica n.º21/2010	13.10.2010	26.10.2010	Sureg/CE	Gedes Geope Gefad	Sedem/Segeo Seope/Searm/Sepab Sereh/Setad/Secof	Gestão	
1 - Especial	6.12.2010	20.12.2010	Cibrius	Cibrius	Cibrius	Cibrius	
2 - Especial	6.12.2010	20.12.2010	Cibrius	Cibrius	Cibrius	Cibrius	

Legenda	
ADV – Adiantamento de Viagem;	***PCV – Prestação de Contas de Viagem;***
ACG - Acompanhamento da Gestão;	***SECOF - Setor Contábil Financeiro;***
CF - Contábil-Financeira;	***DIRAD - Diretoria Administrativa;***
E – Especial;	***SEOPE- Setor de Operações de Estoques;***
MDS - Ministério do Desenvolvimento Social;	***SETAD – Setor Administrativo;***
PGPM - Política de Garantia de Preço Mínimo;	***SUCON - Superintendência de Contabilidade;***
GEDES – Gerência de Desenvolvimento e Suporte Estratégico	***SUREH - Superintendência de Recursos Humanos;***
GEFAD – Gerência de Finanças e Administração;	***CPL - Comissão Permanente de Licitação;***
GEOPE – Gerência de Operações;	***DIFIN - Diretoria Financeira;***
GEOSE – Gerência de Operações e Suporte Estratégico;	***DIRAB - Diretoria de Operações e Abastecimento;***
SUPAF - Superintendência de Suporte a Agricultura Familiar;	***CIBRIUS - Instituto Conab de Seguridade Social;***
SEGEO - Setor de Apoio à Logística e Gestão da Oferta;	***SUARM - Superintendência de Armazenagem e Movimentação de Estoques;***
SECOM - Setor de Operações Comerciais;	***UA - Unidades Armazenadoras;***
DIPAI - Diretoria de Política Agrícola e Informações;	***PROGE - Procuradoria Geral;***
AGF – Aquisição do Governo Federal;	***SUFIN - Superintendência Financeira;***
UGP - Unidade Gestora do Programa;	***SUPAD- Superintendência Administração;***
SAS – Serviço de Assistência à Saúde;	***SEADE - Setor Administrativo de Desenvolvimento e de Recursos Humanos;***
SUMOC- Superintendência de Modernização e Capacitação;	***PEP - Prêmio de Escoamento de Produto;***
PEPRO - Prêmio Equalizador Pago ao Produtor Rural e/ou sua Cooperativa;	***PROP - Prêmio de Risco para Aquisição de Produto Agropecuário Oriundo de Contrato Privado de Opção de Venda.***

Ao compararmos a meta programada de auditorias com as efetivamente realizadas, chega-se, em uma análise de eficácia, a um incremento de 10% (tabela 3). Registre-se o que a auditoria realizada no Cibrius deu origem a dois relatórios, sendo um relativo ao ano de 2009 e outro contemplando os exercícios de 2002 e 2003. Igual procedimento se deu em relação às auditorias realizadas nas Suregs PE e PB, o que também gerou dois relatórios para cada Sureg (um ordinário e o outro extraordinário). Tais ações privilegiaram os princípios da economicidade, eficácia e eficiência operacional das atividades da Auditoria Interna.

Outros fatos relevantes durante o exercício, foi a realização de auditorias de Gestão nas Suregs CE e MA descritas nos subitens 8.4 e 14.1 e extraordinária na Sureg/GO (subitem 8.3)

que motivou uma auditoria de Contrato e Licitação naquela Sureg, não prevista inicialmente no PAINT.

Na análise da tabela 3 percebe-se um déficit de 23% nas Auditorias Contábil-Financeira - CF. Tal fato ocorreu em função do aumento do escopo da ação prevista para Sureg/MA, fato que será comentado posteriormente no item 14.

Tabela 3

Auditorias Programadas x Realizadas por Modalidade

TIPO DE AUDITORIA	*NÚMERO PROGRAMADO (A)*	*NÚMERO REALIZADO (B)*	*PART. (B) / (A)*	*PART. (B) / TOTAL REALIZADO*
Acompanhamento de Gestão (ACG)	**17**	**20**	118%	63%
Avaliação de Gestão (AVG)	**08**	**08**	100%	25%
Contábil-Financeira (CF)	**03**	**02**	67%	6%
Especial (E)	**01**	**02**	100%	6%
TOTAL	**29**	**32**	110%	100%

Os gráficos a seguir destacam a participação percentual das auditorias ocorridas no exercício, por modalidade, em relação ao total realizado **(Gráfico 1)** e o comparativo entre o total programado e o efetivamente realizado **(Gráfico 2)**.

GRÁFICO 1

Participação (%) das auditorias realizadas, por modalidade, no exercício de 2010

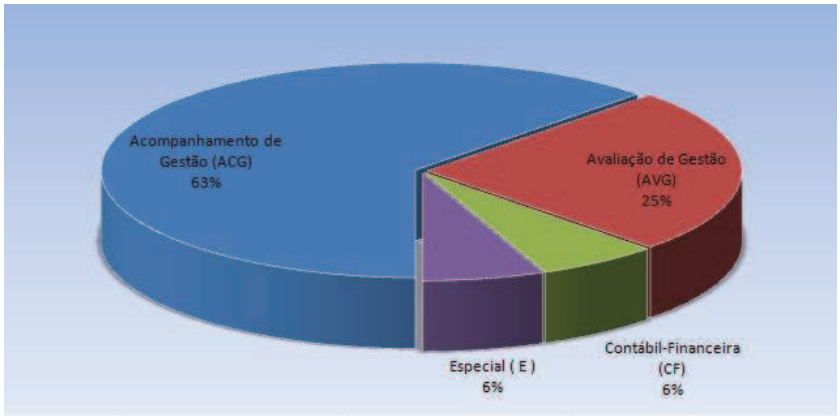
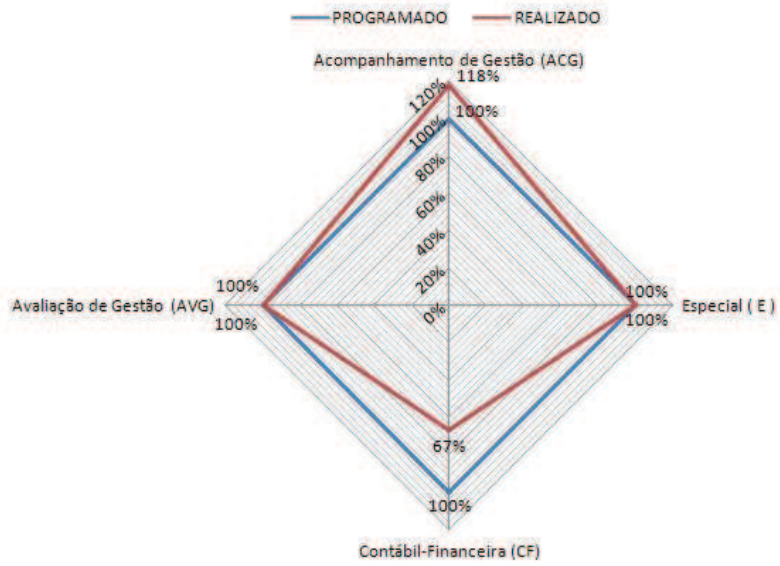


GRÁFICO 2

Participação (%) das auditorias realizadas no exercício/2010.
Número programado x número realizado



4.1. Recursos Humanos

A equipe da Audin em 2010 manteve como principal característica a multidisciplinaridade que permitiu que os conhecimentos específicos dos auditores internos fossem utilizados em áreas afins. A equipe contou com auditores com formação acadêmica em contabilidade, administração, economia, estudos sociais, psicologia, direito e agronomia.

O PAINT foi dimensionado para ser desenvolvido por uma equipe de 15 (quinze) auditores internos. O corpo funcional da Auditoria Interna era composto por 01 (um) Chefe, 03 (três) Gerentes de Área, 15 (quinze) Auditores Internos, 02 (dois) Secretários e 01 (um) Contínuo (terceirizado). No entanto, no decorrer do exercício de 2010, ocorreram transferências, que modificaram o quadro funcional para a seguinte estrutura:

Tabela 4

Corpo Funcional da Auditoria

FUNÇÃO	*QUANTIDADE*
Gestores	04
Técnicos	17
Apoio	03
TOTAL	*24*

**Dezembro/2010*

Comentário sobre as movimentações ocorridas em 2010:

Jair Barcelos – Mat.: 108.121, cargo/função: TNS V, faixa/nível salarial 11/10, TRANSFERIDO no âmbito da DIRAB/SUARM para a PRESI/AUDIN/GEDOP, e ALTERADA a função de carreira, de Técnico de Operações para Auditor, conforme Ato de Direção DIRAD n.º 109, de 1.3.2010

Luiz Campos de Almeida - Mat.: 27.632, cargo/função: TNS II, faixa/nível salarial 10/06, TRANSFERIDO no âmbito da AUDIN/GEAUD para a AUDIN/GERIS, conforme Ato de Direção DIRAD n.º 078, de 22.2.2010.

Maria do Socorro Ferreira da Silva Lopes - Mat.: 18.404, cargo/função: TNS III, faixa/nível salarial 11/07, TRANSFERIDA no âmbito da AUDIN/GEDOP para a AUDIN/GEAUD, conforme Ato de Direção DIRAD n.º 078, de 22.2.2010.

Sérgio de Oliveira Amorim - Mat.: 16.940, cargo/função: TNS I, faixa/nível salarial 09/07, TRANSFERIDO no âmbito da AUDIN/GEDOP para a AUDIN/GEAUD, conforme Ato de Direção DIRAD n.º 078, de 22.2.2010.

.

4.2. Outros Recursos Empregados

Durante o exercício de 2010, utilizou-se como recursos tecnológicos para a otimização das atividades de auditoria o Sistema Integrado de Administração Financeira do Governo Federal – SIAFI, consulta em bancos de dados internos da Conab e *internet*.

Foram previstos, para o exercício de 2010, gastos médios mensais da ordem de R$26.451,56 (vinte e seis mil, quatrocentos e cinqüenta e um reais e cinqüenta e seis centavos), para custear as viagens com vista à realização de auditorias programadas nas Superintendências Regionais, equivalendo a um montante de R$317.418,75 (trezentos e dezessete mil, quatrocentos e dezoito reais e setenta e cinco centavos), conforme consta no PAINT.

Efetivamente, os gastos médios mensais foram de R$18.511,42 (dezoito mil, quinhentos e onze reais e quarenta e dois centavos), registrando um montante de R$222.137,05 (duzentos e vinte e dois mil, cento e trinta e sete reais e cinco centavos), o que representa 30,0% abaixo do valor originalmente programado para despesas com hospedagem, locomoção e passagem aérea.

A eficiência na utilização de recursos financeiros foi privilegiada principalmente em razão da compra antecipada de passagens aéreas, que resultou em uma economia de 67% do valor orçado para cada bilhete. Considerando-se que o dispêndio médio estimado por auditoria programada nas Superintendências era no valor de R$13.225,78 e que o dispêndio médio realizado foi de R$8.227,30, verifica-se que houve economicidade na ordem de 37,79% por auditoria.

5. Implementação e Cumprimento de Recomendações

5.1. Recomendações Oriundas da Controladoria Geral da União - CGU e do Tribunal de Contas da União - TCU

A Gerência de Desenvolvimento Técnico-Operacional – Gedop, órgão da estrutura da Auditoria Interna – Audin, entre outros, possui os misteres regimentais de:

- acompanhar a implementação das recomendações da Auditoria Interna, do órgão central do Sistema de Controle Interno do Poder Executivo Federal e do Tribunal de Contas da União;

- orientar as demais áreas da Companhia no que se refere aos controles internos e as orientações emanadas do órgão central do Sistema de Controle Interno do Poder Executivo Federal e do Tribunal de Contas da União.

Em face das competências antes transcritas e no contexto das recomendações/solicitações da CGU, a Audin/Gedop desenvolve a atividade de buscar as informações nas diversas áreas da Companhia, Matriz e Superintendências Regionais, em face da competência inerente aos questionamentos da Secretaria Federal de Controle Interno – SFC/CGU/PR, quando do desenvolvimento dos trabalhos relativos às Auditorias de Avaliação da Gestão e/ou de Acompanhamento da Gestão, assim como das fiscalizações levadas a efeito.

No sentido da assertiva supra, diligências são realizadas para obter as informações pertinentes que, na ocorrência de Auditoria de Avaliação da Gestão, permitam a consolidação do Plano de Providências que, após remessa à SFC, recebe acompanhamento com o objetivo de se verificar a implementação das providências explicitadas e datas aprazadas, além de complementar informação ao órgão de controle, aguardando-se, na sequência, a emissão de relatório com a avaliação em face das informações/justificativas nele consolidadas. Nesse mister, o Plano de Providências – Exercício 2009, e inerente à Auditoria Anual de Contas, Relatório n.º 246.697, foi objeto do OFÍCIO PRESI N.º 484, de 19.11.2010, e, posteriormente, complementado pelo OFÍCIO PRESI N.º 571, de 29.12.2010 e OFÍCIO PRESI N.º 013 de 6.1.2011.

Quanto às ações da Controladoria Geral da União – CGU, nas Superintendências Regionais desconsolidadas, essas encaminham à Audin cópia das solicitações/recomendações recebidas, quando das atividades de auditoria e fiscalização da CGU, nos estados respectivos, inclusive cópia do Plano de Providências por elas elaborados. Com base nos documentos recebidos, a Audin/Gedop promove o acompanhamento da implementação das providências e, quando necessário, também orienta/recomenda que se busquem as soluções para os problemas detectados.

Para as questões emanadas do Tribunal de Contas da União – TCU, a Audin/Gedop adota, basicamente, a mesma sistemática antes citada e, no que diz respeito aos assuntos de competência dos órgãos da Matriz e das Regionais, os assuntos são acompanhados e estão explicitados no **Anexo 3**.

5.2. Recomendações Formuladas pela Audin

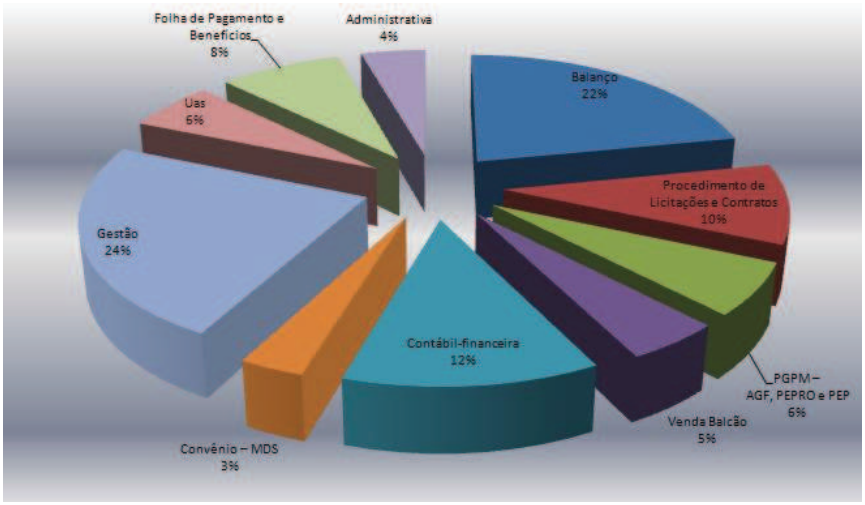
As recomendações formuladas pela Audin recebem acompanhamento sistemático. Em 2010 todo o acompanhamento das recomendações foi efetuado via Sistema de Auditoria Interna - Siaudi. Por meio dele os auditores acompanharam, em tempo real, as respostas dos auditados às recomendações de auditoria. Assim, avaliaram não apenas as respostas, mas os documentos instruídos digitalmente no processo. As recomendações exaradas em relatório de auditoria via Siaudi são catalogadas e verificadas em seus status, de forma periódica. O **Anexo 4** ilustra um exemplo do referido controle de acompanhamento.

Não obstante o controle gerencial, os auditores internos analisam as recomendações pendentes de implementação em seus planejamentos de trabalhos de campo, de modo a verificar *in loco* as impropriedades respectivas às unidades a serem auditadas.

Ao analisarmos a representatividade do número de recomendações por programa de auditoria (Gráfico 3) verifica-se que os programas que demandaram um número maior de recomendações foram os Programas de Auditorias em Procedimentos de Licitações e Contratos, Gestão, Balanço e Contábil-Financeira, representando 67% do total de recomendações. Tal percentual indica que essas áreas apresentam mais fragilidades nos seus sistemas de controles internos.

Gráfico 3

Percentual de Recomendações por Programa de Auditoria/2010



As recomendações exaradas pela equipe de auditores internos ao longo do exercício de 2010 foram analisadas pela Audin e as fragilidades apontadas em cada uma foram classificadas de acordo com as seguintes categorias: Recursos Humanos, Gestão Operacional, Infraestrutura, Tecnologia da Informação e Conformidade.

Por sua vez, com o objetivo de melhor visualizar as impropriedades encontradas nos trabalhos de campo, cada categoria foi dividida em subcategorias.

De acordo com a análise realizada, foi possível constatar que aproximadamente 68% das fragilidades referem-se a problemas de Gestão Operacional, sendo os procedimentos de controle e acompanhamento, a principal disfunção identificada.

Com relação a Conformidade, podemos dizer que o descumprimento de leis, normas ou regulamentos também foi um fato bastante detectado pela equipe de auditores, respondendo por 76% das fragilidades dessa categoria, que por sua vez, obteve 16% do total dos problemas verificados.

Já a estrutura organizacional existente hoje na Matriz, Suregs e Unidades Armazenadoras foi muito citada na categoria de recomendações relacionadas aos aspectos de Recursos Humanos, representando aproximadamente 63% das fragilidades encontradas na categoria.

Ainda, foram verificadas fragilidades relacionadas à Tecnologia da Informação e Infraestrutura. Com relação a TI, as deficiências existentes em alguns sistemas da Companhia foram as principais constatações, com 59%, seguida por problemas relacionados à geração de informações, 18%. Quanto à Infraestrutura, a parte administrativa recebeu um maior número de recomendações, embora em números absolutos, os problemas de infraestrutura operacional não ficaram muito atrás, 16 e 10, respectivamente.

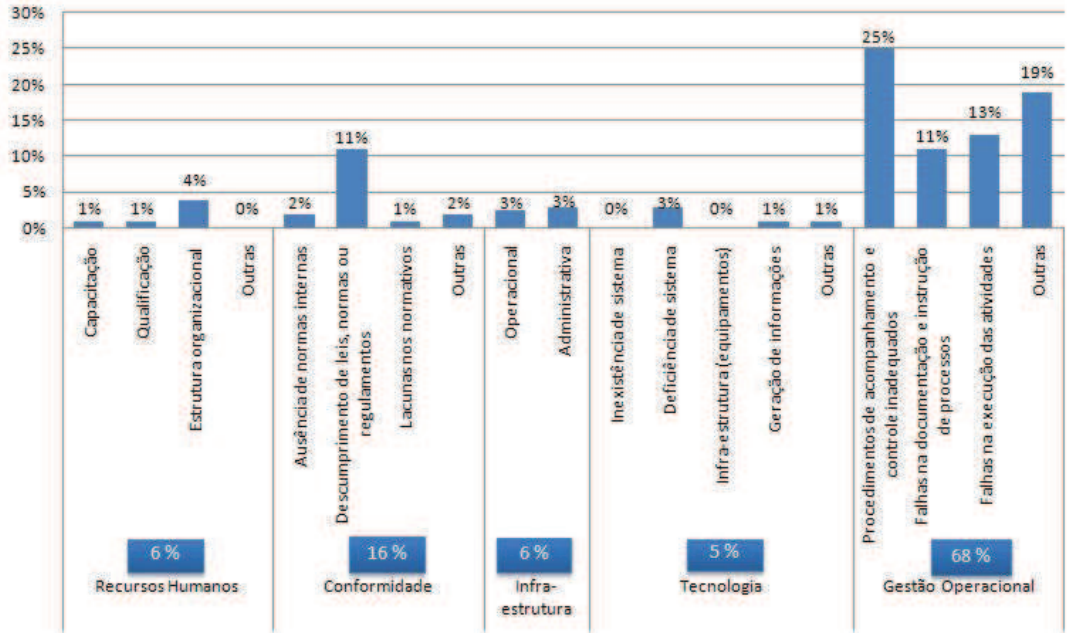
Saliente-se que no momento em que foi realizado o levantamento dos dados pela Audin, ainda estava em elaboração o relatório que trata do Instituto Conab de Seguridade Social -

Cibrius, por essa razão, os dados referentes a esse relatório não foram computados nessa análise.

Abaixo, segue o gráfico com a análise detalhada das fragilidades apontadas pela Audin ao longo do exercício:

Gráfico 4

Análise das fragilidades por categorias



5.3. Decisões e Recomendações do Conselho Fiscal e do Conselho de Administração da Companhia

5.3.1. Recomendações do Conselho Fiscal

O Conselho Fiscal da Conab é constituído por três membros efetivos e respectivos suplentes. Conforme prevê as normas estatutárias, durante o ano de 2010 ocorreram 12 reuniões ordinárias, sendo uma por mês e em 20 de abril de 2010 ocorreu uma Reunião Extraordinária, a de número 44ª (quadragésima quarta). As competências do Conselho Fiscal estão previstas no Estatuto Social da empresa e foram exercidas em conformidade, caracterizando-se pela fiscalização e homologação dos atos de gestão dos administradores, análise dos balancetes mensais, exame das demonstrações contábeis anuais e de outros assuntos de relevância.

Os trabalhos realizados pelo Conselho Fiscal ao longo do exercício de 2010 geraram várias recomendações. Objetivando sanar as impropriedades constatadas, foram emitidas diversas correspondências às áreas correspondentes, dentre as quais destacamos as que foram objeto de acompanhamento por parte da Audin conforme **Anexo 5**.

5.3.2. Decisões e Recomendações do Conselho de Administração

O Conselho de Administração da Conab, constituído pelo Presidente da empresa e cinco Conselheiros, realizou, durante o ano de 2010, 11 reuniões, sendo 10 (dez) ordinárias e 1

(uma) reunião extraordinária, ocorrida em 20 de abril de 2010. Os trabalhos desempenhados pelo Conselho de Administração estão em consonância com suas atribuições estatutárias, quais sejam, orientação geral relativamente à missão institucional da empresa, homologação das decisões estratégicas da Diretoria Colegiada, inclusive as relativas a gestão administrativa e organizacional da Companhia.

As decisões do Conselho de Administração, ao longo do exercício de 2010 geraram diversas decisões/recomendações. A operacionalização e correção de eventuais inconsistência estão consignadas no **Anexo 6**.

5.4. Ouvidoria

Criada como um novo instrumento de gestão administrativa, por meio da Resolução Conad n.° 6, de 26 de novembro de 2007, a Ouvidoria tem suas competências descritas no art. 12 do Regimento Interno da Companhia e, dentre outros fins, objetiva o aprimoramento da prestação de serviço da Conab através do conhecimento do grau de satisfação do usuário de seus serviços, a busca de soluções para as questões levantadas e o oferecimento de informações gerenciais e de sugestões aos dirigentes e gestores das unidades orgânicas da Companhia.

5.5. Denúncias

Foram recebidas, no total, 67 (sessenta e sete) denúncias, de forma direta ou indireta, pela Ouvidoria no exercício de 2010, cujo teor de cada e a respectiva providência tomada encontram-se relatadas no **Anexo 7** deste documento.

6. Entidade Fechada de Previdência Complementar - Cibrius

Conforme explicitado no RAINT-2009, o Instituto Conab de Seguridade Social – Cibrius, que tem como patrocinadora principal a Companhia Nacional de Abastecimento – Conab, permaneceu sob o regime de intervenção no período compreendido entre 13.12.2000 a 30.11.2007. Nesse período, não houve nenhuma ação da Auditoria Interna da Conab na entidade, já que a responsabilidade pela coordenação e fiscalização ficou a cargo do órgão interventor, ou seja, a então Secretaria de Previdência Complementar – SPC do Ministério da Previdência Social - MPS.

Não obstante o processo de intervenção supracitado, o Tribunal de Contas da União – TCU, por meio do Acórdão n.º 2.887/2008-TCU-1.ª Câmara, determinou que a Conab "exerça supervisão e fiscalização sistemática das atividades do Instituto Conab de Seguridade Social – Cibrius, ainda que o Instituto esteja sob condição de intervenção ou liquidação extrajudicial, devendo tais atividades ser retomadas a partir do último exercício em que houve ações de supervisão e fiscalização, em cumprimento ao disposto no art. 25 da Lei Complementar n.º 108/2001 c/c art. 41, § 2.º, da Lei Complementar n.º 109/2001".

Em face da determinação do TCU, e considerando a quantidade expressiva de exercícios envolvidos, houve entendimento com a Secretaria Federal de Controle Interno – SFC/CGU, no sentido de que a Auditoria Interna procedesse a inclusão em seu plano de trabalho da fiscalização de forma escalonada.

Nesse sentido, o Plano Anual de Atividades da Auditoria Interna – PAINT -2010 contemplou a realização de auditoria, não só do exercício de 2009, como também dos exercícios de 2001 a 2003, envolvendo a avaliação do processo de governança corporativa, a administração dos ativos garantidores do plano de benefícios, o volume das reservas matemáticas a amortizar (insuficiências de reservas técnicas de serviço passado), entre outros pontos de maior relevância.

Todavia, em virtude da necessidade de realização de auditorias extraordinárias no exercício de 2010, não foi possível contemplar o exercício de 2001 com os trabalhos em questão, razão pela qual sua análise foi inserida no PAINT 2011.

Em decorrência dos achados de auditoria, foram elencadas recomendações com o objetivo de mitigar os fatores de risco a que está sujeito o Instituto, envolvendo, principalmente, matérias voltadas à governança corporativa, estrutura de custos e despesas, programa de investimentos, como também a agilização do saldamento do atual plano de benefício, e constituição de outro plano de contribuição variável.

7. Relato Gerencial sobre Áreas Finalisticas

7.1. Unidades Armazenadoras - UAs

Em 2010 a rede própria da Conab constituía-se de 178 armazéns, agrupados em 98 Unidades Armazenadoras distribuídas nas modalidades convencional, granel e frigoríficas, com capacidade estática total para 2.169.059 toneladas.

As Unidades Armazenadoras próprias que operam em ambiente natural (convencional e granel) localizadas em Campo Grande, Dourados, Maracaju e Rio Brilhante, no Mato Grosso do Sul; Santa Helena, Paraúna, São Luiz dos Montes Belos e Palmeiras de Goiás, no Estado de Goiás, foram objeto de auditorias realizadas ao longo do exercício de 2010, de acordo com o previsto no Plano Anual das Atividades de Auditoria Interna – PAINT.

As unidades armazenadoras que foram objeto das ações de auditoria em 2010 representaram juntas 7,3% (157.700 ton.) do total da capacidade da rede armazenadora própria.

No Mato Grosso do Sul as Unidades auditadas possuíam estoques de produtos de terceiros e públicos avaliados em R$33.718.191,24, correspondente a 61,2% do total dos estoques armazenados na rede armazenadora da Conab no Estado.

O trabalho desenvolvido seguiu o direcionamento dado pelo PAINT que definiu como objetivo desta ação de auditoria: “Certificar-se sobre a implementação dos procedimentos necessários para a modernização e certificação das Unidades Armazenadoras da Companhia, e ainda, sobre a eficiência da sua gestão administrativa e operacional”.

Ainda, no exercício de 2010, foi realizado pela Geris, um trabalho de auditoria para identificar e analisar os riscos inerentes à Gestão das Unidades Armazenadoras de Garça, Bauru e Barueri, vinculadas à Sureg/SP.

Os trabalhos foram centrados, basicamente, na avaliação das ações gerenciais, da eficiência do processo operacional e da aderência regulatória. Foram levantadas as etapas do processo de armazenagem, os controles internos existentes, os sistemas de TI que suportam às atividades das UAs e a estrutura física disponível para a adequada operação.

De um modo geral foi constatado que as unidades armazenadoras auditadas vêm operando dentro do que permite as normas e regulamentos de armazenagem, mas com problemas comuns a todas, tais como quadro de pessoal subdimensionado, limitação de equipamentos de informática, falta ou insuficiência de treinamento do corpo funcional, máquinas e equipamentos obsoletos (vida útil já comprometida pelo tempo de uso) e falta de equipamentos imprescindíveis no serviço de armazenagem e conservação de grãos, representando riscos que comprometem a prestação eficiente dos serviços.

Destaque, também, para o processo de certificação, uma vez que as unidades armazenadoras da rede da Conab não possuem grande parte dos requisitos obrigatórios exigidos na Instrução Normativa - IN n.° 3, de 8.1.2010 e alterações emanadas na IN n.º 41 de 14.12.2010,

do Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento – MAPA, fato que implica em riscos operacionais posto que, segundo a referida Instrução Normativa, a certificação é obrigatória para as pessoas jurídicas que prestam serviços remunerados de armazenagem e as unidades armazenadoras não certificadas não poderão ser utilizadas para o armazenamento remunerado de produtos agropecuários.

7.2. Política de Garantia de Preços Mínimos – PGPM

7.2.1 Aquisição do Governo Federal – AGF.

A Política de Garantia de Preços Mínimos – PGPM foi instituída por meio do Decreto-Lei n.º 79, de 19 de dezembro de 1966 com o objetivo de garantir ao produtor rural a aquisição de seus produtos pelo preço mínimo estabelecido pelo Governo, que funciona como preço-piso para a comercialização da safra, assegurando renda ao agricultor sempre que os preços de mercado estão abaixo dos preços mínimos.

A Conab é a empresa do Governo Federal responsável pela execução da PGPM, desde a realização de estudos de mercado para a definição dos preços mínimos, até a aquisição, manutenção dos estoques e comercialização dos produtos por ocasião das altas de preços no mercado. Portanto, a Política de Garantia de Preços Mínimos relaciona-se de forma direta com a missão da Conab, que pressupõe ações no sentido de garantir a regularidade do abastecimento e garantia de renda ao produtor rural.

Pela relevância dessa atividade para a Conab, decidiu-se deflagrar uma ação de auditoria para “Examinar a execução da Política de Garantia de Preços Mínimos – PGPM”, de modo a certificar-se, não só da regularidade operacional, mas também, quanto à efetividade das intervenções realizadas pela Conab, com e sem formação de estoque.

Nesse sentido, a Sureg/PR foi selecionada por se tratar de região produtora, que, em geral, requer ações de intervenção. Pelo cenário de mercado que se desenhou naquela região no primeiro semestre de 2010, a auditoria foi direcionada para avaliar as aquisições diretas com formação de estoque, denominadas de Aquisição do Governo Federal – AGF. Além disso, a Auditoria Interna, em um processo renovador de trabalho, atuou em campo no momento em que as operações estavam sendo realizadas, de modo a aprofundar as análises para além da conformidade normativa.

Além da Sede da Superintendência Regional, a equipe promoveu também visita “in loco” à Unidade Armazenadora de Ponta Grossa.

Das análises realizadas em cada etapa do processo, ficaram evidentes os pontos de fragilidades que mereceram recomendações, no sentido de se implementar ações saneadoras, assim como, a promoção de melhorias nos processos de trabalho. Das fragilidades identificadas merecem destaque:

1. A intempestividade da ação da Conab nas intervenções por AGF, em razão da não liberação dos recursos financeiros pela Secretaria do Tesouro Nacional em tempo hábil para honrar com compromissos já assumidos, o que comprometeu sobremaneira a imagem da Companhia com os segmentos envolvidos (produtores, cooperativas, armazenadores, e outros);
2. Normativos desatualizados, em especial, quanto aos procedimentos fiscais, notadamente em face do advento na Nota Fiscal Eletrônica;

3. Procedimentos operacionais que geram retrabalho, redigitação de dados, uso excessivo de xerocópias, entre outros, o que torna o processo de trabalho lento e oneroso;
4. Subutilização do sistema de controle de estoques;
5. Dimensionamento inadequado da estrutura de recursos humanos e necessidade de capacitação dos técnicos envolvidos nos procedimentos operacionais, contábeis, fiscais e financeiros; e
6. Não efetividade na intervenção da Companhia, motivada pelos seguintes fatores limitadores: a) falta de capilaridade da Conab; b) falta de governabilidade da Conab com relação aos fatores determinantes das intervenções; c) limitações orçamentárias e financeiras; d) capacidade estática da rede armazenadora do estado do Paraná; e) capacidade operativa da Sureg/PR; e, f) intempestividade das intervenções.

Registre-se que as recomendações exaradas, nessa ação de auditoria, não tiveram o condão de interferir nos aspectos de política governamental, visto que estes fogem da governabilidade da Conab e as recomendações resultariam inócuas. Todavia, espera-se que a adoção das medidas saneadoras propostas, pela equipe de auditores, propiciem a otimização dos procedimentos operacionais, fiscais, contábeis, financeiros, tecnológicos, de recursos humanos e de conformidade normativa, tornando-os mais ágeis, eficazes e com a redução de fatores de riscos potenciais.

7.2.2 Prêmio Equalizador Pago ao Produtor Rural e/ou sua Cooperativa – Pepro.

Trata-se de um programa de subvenção econômica (prêmio) concedido ao produtor rural e/ou sua cooperativa que se disponha a vender seu produto pela diferença de preços entre o preço mínimo, ou o valor de referência estabelecido pelo governo federal e o valor do Prêmio Equalizador arrematado em leilão e escoa-lo nas condições e abrangências previstas no aviso específico, obedecida a legislação de ICMS vigentes em cada estado da federação.

É uma atividade finalística da Companhia relacionada ao objetivo estratégico de "Assegurar a execução efetiva da Política de Garantia de Preços Mínimos - PGPM", e se dá quando o preço de mercado encontra-se abaixo do preço mínimo estabelecido pelo governo.

Como ação de auditoria de Acompanhamento da Gestão visou-se "avaliar a execução dessa política de garantia e sustentação de preços", considerando-se os critérios de relevância e materialidade, buscou-se a avaliação da execução operacional desse programa, e sua efetiva comprovação, na Superintendência Regional do Mato Grosso – Sureg/MT, no período de janeiro de 2009 a julho de 2010, podendo ser observados os seguintes aspectos:

- a morosidade e carência de empregados para a regularização da documentação na forma processual (instrução e autuação dos processos, com as respectivas numerações e rubricas) tem dificultado sobremaneira o exame das documentações de comprovação das operações, fragilizando dessa forma a análise da efetividade na execução da operação.

- a definição de regras claras e condições específicas que evitem interpretações dúbias é imprescindível para o correto entendimento e execução normativa das operações de comprovação.

- a fiscalização há que ser mais intensa na origem (local de produção - indústrias e cooperativas) e no destino (estados/locais de consumo – industria de fiação e consumidores

finais), fins evitar ou coibir práticas irregulares (utilização de empresas de “fachada” em nome de “laranjas”).

7.2.3 Prêmio de Escoamento de Produto - PEP

O Prêmio de Escoamento de Produto (PEP) é um dos mecanismos da PGPM – Política de Garantia de Preços Mínimos - mantida pelo Governo Federal, para garantir ao produtor rural ou Cooperativa, os preços mínimos assegurados para os produtos que fazem parte da política de garantia. Sua utilização substitui a venda direta do produtor rural ao governo federal (AGF). A modalidade atinge dois objetivos. O primeiro assegura ao produtor rural a venda pelo preço mínimo, não ao governo, mas garantido por ele, na medida que o arrematante paga diretamente ao produtor. O segundo propicia a destinação do produto às regiões previamente definidas (remoção) com o pagamento de uma subvenção econômica (frete), arrematada em leilão público da Conab. Desta forma a operação resulta no escoamento de produtos de localidades onde a oferta é alta e o preço está abaixo do mínimo e na outra ponta, onde será destinado o produto, a oferta é baixa e o preço é especulativo. O objetivo é portanto de intervenção nos dois mercados.

Durante o exercício de 2010, foi executado trabalho de avaliação de riscos em operações PEP, nas Suregs de Goiás e Pernambuco. O milho, por ser um produto de consumo universal e base econômica de inúmeras atividades, além de ser um dos produtos que mais demandam atuação governamental na Garantia de Preços Mínimos, foi o produto escolhido. Inicialmente os trabalhos transcorreram em Goiás, grande estado produtor e habitualmente exposto às variações de preços e de estocagem, quando ocorre volumes expressivos de produção. No outro estado, Pernambuco, tradicionalmente importador da mercadoria, ocorre os efeitos contrários aos de Goiás, baixa oferta e preços altos. O objetivo da operação, é portanto, harmonizar as duas situações, tanto em termos de ofertas, reduzindo na região produtora e aumentando na consumidora. Aumentando os preços na região produtora e baixando na região consumidora. Operacionalmente, as duas Superintendências, apesar da grande complexidade da operação, conseguem realizar de maneira satisfatória a tarefa.

No entanto, como observado em 2009, as fragilidades da operação, em relação a possibilidades de fraudes, ainda persistem em 2010. Nos diversos contatos realizados com produtores, bolsas de mercadorias e arrematantes, é possível concluir que ainda precisamos evoluir muito no aperfeiçoamento da operação. A eficácia no atendimento ao produtor rural e ao arrematante, que necessitam realizar as operações com celeridade e sem muita burocracia e que são a razão principal do mecanismo, deve continuar sendo perseguida no sentido de que seja atingida de maneira mais adequada.

Outra fragilidade observada deve ser o contínuo esforço de se evitar que a operação de origem e destino tenha que vencer a casa de milhares de quilômetros de distância. Esta conjugação de fatores impõe prejuízos enormes de logística, elevados preços das subvenções e de atraso na oportuna intervenção de mercado, responsabilidade da Conab na condição de gestora do abastecimento nacional, tanto na ponta da produção quanto na de consumo.

7.3. Vendas em Balcão

O Programa de Vendas em Balcão tem como objetivo principal, propiciar aos compradores de pequeno porte o acesso aos estoques oficiais, em igualdade de condições oferecidas aos médios e grandes clientes, tradicionalmente usuários de compras por meio de

pregões públicos. Embora o Programa contemple a venda de outros produtos, o milho tem sido praticamente a única mercadoria comercializada nesta modalidade.

O reconhecimento de que as condições financeiras e estruturais dos pequenos compradores impõem-lhes permanentes limitações quanto ao regular suprimento de insumos, necessários à manutenção de seus negócios, bem como a falta de capital de giro e a dificuldade ao acesso ao crédito, resultam na conseqüente dificuldade de manter estoques de insumos, necessários à regular manutenção da atividade. Este conjunto de fatores resulta invariavelmente na fragilidade destes produtores, independente da localidade do país onde estejam estabelecidos, bastando a condição de serem pequenos e com baixa estrutura produtiva. A percepção a esta circunstância, justifica por si só, a ação governamental, no sentido de assegurar um contínuo processo de oferta do produto para que seja viabilizada a atividade.

Com a sistematização de ofertas regulares de insumos às propriedades rurais de pequeno porte, assegura-se a perenidade de um dos mais representativos segmentos da economia nacional, propiciando a geração de renda e empregos e inibindo em conseqüência o êxodo populacional para os grandes centros urbanos.

As ações de auditoria de Acompanhamento de Gestão consignadas no PAINT 2010 tiveram como propósito "avaliar a execução do Programa de Vendas em Balcão" no estado da Paraíba, Ceará e Rio Grande do Norte. Para avaliar a efetividade e a extensão dos benefícios gerados pelo Programa Vendas em Balcão, foram visitadas várias propriedades beneficiárias, nos estados referidos. Através de entrevistas pessoais e constatações *in loco*, é possível verificar o acerto e o alcance social do programa. Constata-se ainda a dignidade que o tipo de atividade proporciona, na medida que ao entregar milho ao produtor, esta mercadoria estará sendo transformada em frango, ovos, suínos, etc, abastecendo o mercado e a própria família e o que é mais importante, agregando valor e inserindo estas pessoas no virtuoso ciclo produtivo. E por fim, a conclusão dos trabalhos indica que as Superintendências visitadas, embora convivam com limitações em suas estruturas, tanto materiais quanto humanas, têm conseguido desempenhar a contento o Programa de Vendas em Balcão.

8. Relato das Auditorias Extraordinárias

8.1. Sureg-PE

Dando cumprimento à determinação da Audin, realizou-se no período de 11 a 23.4.2010, os trabalhos de Auditoria Extraordinária na Sureg-PE, no sentido de verificar as impropriedades apontadas em denúncias anônimas recepcionadas pela Ouvidoria. Os trabalhos de auditoria pautaram-se na averiguação da veracidade dos fatos elencados pelo denunciante, relacionados ao cumprimento das normas e procedimentos internos, eficiência dos controles internos na gestão de pessoas, uso de veículos e acompanhamento das CPRs Alimentos e Doação 2003 e 2004.

Após a conclusão dos trabalhos alguns fatos averiguados foram confirmados pela equipe de auditores e foram objeto de recomendações saneadoras.

8.2. Sureg-PB

Em cumprimento à determinação da Geaud, foram realizados no período de 24.5.2010 a 4.6.2010, trabalhos de Auditoria Extraordinária na sede da Superintendência Regional da Paraíba – Sureg/PB, para a verificação da regularidade na concessão de Adiantamentos para Viagens a Serviço (ADV) e Prestação de Contas de Viagens (PCV); na conservação, uso e manutenção de veículos e nos controles internos administrativos (referentes aos depósitos judiciais e ao cartão de pagamento do governo federal).

Os exames foram realizados por amostragem, de acordo com as Normas de Auditoria Interna, incluindo a verificação da documentação comprobatória das operações ocorridas e dos processos administrativos autuados. Em síntese, apesar de algumas disfunções apontadas em relatório, a Superintendência Regional atua de forma regular, tanto no que concerne na utilização dos veículos de sua propriedade, como no que se refere à concessão de Adiantamentos para Viagens a Serviço (ADV) e Prestação de Contas de Viagens (PCV). Por outro lado, acerca dos depósitos, constatou-se uma divergência entre o valor contábil e o valor registrado no agente financeiro responsável (Caixa Econômica Federal), fator este que exige maior interação entre os setores da Sureg-PB e a Procuradoria Regional, a fim de buscar a adequação dessa situação.

Por fim, verificou-se, ainda a necessidade de a Sureg/PB controlar as despesas efetuadas por meio do Cartão de Pagamentos do Governo Federal, para inibir as aquisições não permitidas nessa modalidade pelos responsáveis pelos suprimentos de fundos. As inconsistências encontradas na auditoria em apreço foram devidamente pontuadas no relatório e ensejaram as recomendações pertinentes à sua mitigação.

8.3. Sureg-GO

Em atenção à determinação constante da CI/PRESI N.º 170, de 24.5.2010, objeto da Auditoria Extraordinária Nº 3/2010 - Sureg-GO, averiguou-se, no período entre 1º.6.2010 a 12.7.2010, a legitimidade e a legalidade da contratação do Sindicato dos Trabalhadores de Montividiu – SINTRAN, por meio da análise do Processo n.º 090055/2005, com visitas às cinco unidades selecionadas pelo critério de materialidade e de entrevistas com os gestores da Superintendência auditada e o Secretário do SINTRAN. Concluiu-se que a contratação do referido sindicato foi procedida de acordo com os normativos legais vigentes, apesar de falhas no edital da licitação e no acompanhamento da execução contratual, fatos que mereceram orientações e recomendações aos responsáveis auditados.

8.4. Sureg-CE

Foi consignada na Ata 948ª Redir a necessidade de a Auditoria Interna promover auditorias de natureza operacional, com o intuito de avaliar as ações gerenciais e os procedimentos relacionados ao processo operacional, ou parte dele, com a finalidade de emitir opinião sobre a gestão, procurando auxiliar os gestores da Companhia na gerência e nos resultados, por meio de recomendações que visem aprimorar os procedimentos, melhorar os controles internos administrativos, sensibilizar acerca dos riscos operacionais e aumentar a responsabilidade gerencial sob a égide da governança corporativa.

Assim sendo, foi realizada auditoria de gestão na Sureg/CE, conforme definido na CI PRESI N.º 409, de 6.10.2010, encaminhada à Superintendência Regional, cujo escopo dos trabalhos de auditoria foi contextualizado dentro dos seguintes objetivos:

- Avaliação do desempenho do corpo gerencial;
- Avaliação do perfil e da gestão dos recursos humanos;
- Avaliação do ambiente interno sob o ponto de vista das condições de trabalho (estrutura física e recursos materiais e tecnológicos);
- Avaliação da aderência dos programas desenvolvidos ao marco regulatório (legislação, normas e instruções prevalecentes) e dos procedimentos operacionais; e
- Aferição da confiabilidade, segurança, fidedignidade e a consistência dos registros e controles administrativos, econômico-financeiros e operacionais.

Das análises realizadas evidenciaram-se os pontos de fragilidades que mereceram recomendações, no sentido de se implementar ações saneadoras, assim como melhorias nos processos de trabalho. Das impropriedades identificadas merecem destaque:

- **Avaliação do desempenho do corpo gerencial**

O nível de eficiência do corpo gerencial – globalmente considerado – pode ser classificado como insatisfatório, sob o ponto de vista do trabalho de equipe, cooperação, iniciativa, relacionamento, comunicação, gestão do conhecimento, planejamento, liderança, gestão, solução de problemas e atitude.

- **Avaliação do perfil e da gestão dos recursos humanos**

A deficiência no processo de gestão dos recursos humanos constitui-se em um dos fatores básicos no delineamento do quadro de dificuldades vivenciado pela Sureg, onde se observou algumas disfunções.

- **Avaliação do ambiente interno sob o ponto de vista das condições de trabalho (estrutura física e recursos materiais e tecnológicos)**

As condições físicas e o estado de conservação dos imóveis que abrigam as Unidades Armazenadoras podem ser considerados, em termos gerais, como satisfatórias, necessitando tão somente de adequações nas áreas de escritórios e banheiros.

Já o imóvel onde se encontra instalada a Sede da Sureg, construído há mais de 80 anos, apresenta atualmente sérios problemas estruturais e das instalações elétricas e hidráulicas – apesar das reformas levadas a efeito ao longo do tempo -, colocando em sérios riscos a segurança daqueles que ali trabalham e o patrimônio da Companhia

Entretanto, a maioria dos móveis e utensílios encontra-se em estado precário de conservação, o que vem contribuindo, em muito, para os problemas vivenciados pela Sureg, porquanto reflete diretamente na motivação e na auto-estima dos colaboradores, além dos problemas de saúde advindos da não observância dos princípios ergonômicos.

A Sureg enfrenta problemas de carência de recursos computacionais em suas diversas unidades orgânicas. Nesse sentido, foi promovido pela Sureg levantamento sobre as necessidades de equipamentos complementares e as substituições requeridas, o qual deverá ser encaminhado à Sutin.

- **Avaliação da aderência dos programas desenvolvidos ao marco regulatório (legislação, normas e instruções prevalecentes) e dos procedimentos operacionais**

A Superintendência vinha descumprindo os normativos vigentes do programa Venda em Balcão ao cadastrar e vender diretamente a Federações de Agricultores, Sindicatos Rurais, Associações de Classe e Cooperativas (mesmo nos normativos anteriores essa prática sempre foi vedada).

Verificou-se que a Gerência de Operações – Geope, mais especificamente o Setor de Operações – Seope, vem convivendo com certa dificuldade para avaliar as propostas apresentadas pelas entidades e acompanhar e supervisionar da execução dos projetos do Programa de Aquisição de Alimentos – PAA, relacionados à compra da agricultura familiar com doação simultânea – CPR-Doação.

- **Aferição da confiabilidade, segurança, fidedignidade e a consistência dos registros e controles administrativos, econômico-financeiros e operacionais.**

Os registros contábeis apresentam inconsistências significativas, cabendo citar: a) fragilidade nos dados repassados para contabilização; b) falta de contabilização dos estoques dos diversos programas desde agosto de 2010; c) incompatibilidade entre os valores dos estoques constantes dos inventários e os dos registros contábeis; d) falta de conciliação de inúmeras contas, inclusive do exercício pretérito; e) falta de atualização de mais de 16.000 lançamentos do Programa de Vendas em Balcão; e f) falta de cadastramento de novos clientes.

9. Avaliação dos Indicadores de Desempenho e Tecnologia da Informação

Em razão das demandas extraordinárias surgidas no decorrer do ano de 2010, conforme exposto no item 4 do presente RAINT, não foi possível a realização das auditorias na área de Tecnologia da Informação e nos Indicadores de Desempenho da Companhia, propostas no PAINT/2010. Entretanto, estas ações serão objeto de auditoria no próximo exercício, segundo previsão expressa no PAINT/2011. No que concerne à Tecnologia da Informação, planeja certificar se os procedimentos, documentos e estrutura da TI garantem a adequada segurança da informação da Companhia. Acerca dos Indicadores de Desempenho, pretende-se verificar o cumprimento das metas relacionadas aos programas e ações da Companhia no âmbito do PAA, folha de pagamento de pessoal, PGPM (contrato de opção, AGF, PEP e VEP), Unidades Armazenadoras e Cibrius.

10. Procedimentos Licitatórios

10.1. Licitações e Contratos no Exercício de 2010

Para prevenir futuras inconsistências e sanear as já existentes, a Audin atua na verificação dos controles internos da Conab, referentes às licitações e contratos por ela executados e na orientação voltada ao aprimoramento da atuação da Gestão Administrativa.

Nesse sentido, a Audin deflagrou, no decorrer do ano de 2010, auditorias ordinárias nas Superintendências de São Paulo, Pará e Pernambuco, a fim de examinar a regularidade das contratações diretas e dos grandes contratos de bens e serviços. Para tanto, verificou-se de forma amostral os autos das aquisições e contratações administrativas ocorridas no ano de 2009, nos quais se analisou, em síntese, os seguintes tópicos: a) a conformidade normativa dos autos dos processos licitatórios; b) a regularidade das licitações realizadas; e c) a regularidade da execução dos contratos administrativos firmados pela Conab.

Constatou-se que, de um modo geral, as contratações de compras, serviços e obras da Conab, no exercício de 2009, inclusive a utilização dos casos de exceção de licitação (dispensa e inexigibilidade), observaram os termos da Constituição Federal de 1988, bem como da Lei n.º 8.666/1993 e da legislação específica, tais como, a Lei n.º 10.520/2002 e o Decreto n.º 5.450/2005, que versam sobre o Pregão e Pregão Eletrônico.

Buscou-se, ainda, orientar as áreas envolvidas quanto à observância dos seguintes aspectos formais, imprescindíveis ao correto andamento do processo licitatório e da execução contratual: a) formular planejamento específico; b) evidenciar a motivação e a justificativa da aquisição ou contratação; c) designar o fiscal do contrato e a orientação quanto suas respectivas responsabilidades; d) observar a organização formal, as formalidades processuais e a ordem cronológica das fases do procedimento licitatório; e) verificar o fiel cumprimento das fases interna e externa do procedimento licitatório; f) observar as regras para estabelecimento de preço médio do mercado, com a juntada aos autos de orçamentos aptos a refletirem a situação do objeto na projeção de preços, quando de uma prorrogação ou aditamento; e g) nos casos de contratação de empresas prestadoras de serviços contínuos, programar antecipadamente, em prazo mínimo de 6 meses, a prorrogação do contrato (acaso seja possível) ou a abertura de uma nova licitação (quando houver impossibilidade de prorrogação).

Além da atuação da Auditoria Interna, a Conab conta com outro instrumento de controle e acompanhamento dos contratos administrativos por ela firmados. Trata-se do Siscot, sistema desenvolvido pela Sutin, a cargo da Dirad, cujo acesso encontra-se disponível desde o dia 28 de setembro de 2009 a todos os empregados públicos e colaboradores da Companhia. Para tanto, é necessário que as informações ali apresentadas sejam periodicamente atualizadas pelos seus gestores administrativos, a fim de atingir o objetivo para o qual foi projetado. Entretanto, das análises efetuadas pelos auditores internos em seus trabalhos de auditoria,

constatou-se que alguns dados disponibilizados no sistema em questão encontram-se desatualizados, pois não refletem com exatidão a realidade administrativa dos contratos firmados pelas Superintendências.

10.2. Acompanhamento das Contratações Diretas

Em atendimento à demanda do Conselho Fiscal da Conab, para o acompanhamento das contratações diretas feitas pela empresa, e tendo em vista o risco inerente a tais procedimentos, ao longo do exercício de 2010 a Audin efetuou o seu acompanhamento diário, por meio da análise das publicações dos contratos firmados pelas Superintendências Regionais e pela Matriz no Diário Oficial da União – DOU.

Do acompanhamento em apreço constatou-se, na maioria dos casos, a correta utilização da modalidade licitatória para as diversas contratações realizadas. Todavia, verificou-se, também, a equivocada ou incompleta explicitação formal do seu fundamento legal na publicação no DOU. Grande parte das publicações efetuadas no âmbito da Matriz e Suregs refere-se, em síntese, aos seguintes objetos: correios, serviços médicos conveniados (SAS), serviços de vigilância, serviços de limpeza, serviços advocatícios, serviços de telecomunicação (telefonia), despesas com capacitação e treinamento, assinatura de revistas e periódicos, manutenção de impressora, informática – rede de dados, manutenção de sistemas de informática e despesa com passagem aérea.

As ocorrências constatadas no decorrer do primeiro trimestre de 2010 foram elencadas em planilha pela Audin e encaminhadas ao Conselho Fiscal. Ademais, todas as Suregs que tiveram inconsistências nesse período foram contactadas e orientadas via telefone. Para as ocorrências verificadas no segundo semestre do ano foi encaminhada a cada contratante (Sureg ou Matriz) uma Comunicação Interna, com orientações acerca da mitigação das impropriedades encontradas e prevenção de novas ocorrências. Para ilustrar esse procedimento, encontra-se anexo a este relatório a CI/Audin nº476, de 30.11.2010 (**Anexo 2**). Esse mesmo procedimento foi adotado no terceiro e quarto trimestres de 2010. Entretanto, a Audin solicitou que a CI orientativa retornasse ao emitente com a assinatura do responsável da Sureg/Matriz pelo lançamento das publicações no DOU firmando o seu recebimento.

Assim, verifica-se que o monitoramento efetuado pela Auditoria Interna durante o ano de 2010, originou quatro relatórios trimestrais, apresentados ao Conselho Fiscal da Conab, que relataram as principais impropriedades ocorridas nas contratações diretas realizadas pelas Suregs e pela Matriz.

11. Execução de Convênios

No contexto dos objetivos estratégicos da Companhia, destacam-se as ações realizadas para fortalecer a atuação no segmento da Agricultura Familiar e o atendimento às regiões em condições de insegurança alimentar. Nesse sentido, a Conab firmou Termo de Cooperação Técnica n.º 003/2009 com o Ministério do Desenvolvimento Social e Combate a Fome - MDS, totalizando R$771.840.000,00 com vigência no período de 30.4.2009 a 31.7.2011.

A operacionalização do Programa de Aquisição de Alimentos - PAA veio ampliar e aprofundar as responsabilidades sociais da Companhia, ao atuar especificamente com segmentos de agricultores tradicionalmente preteridos pelas políticas públicas.

Os projetos do PAA têm a participação dos agricultores e/ou suas organizações (associações, cooperativas, sindicatos, etc.) e contam com a participação das prefeituras e até de governos estaduais.

A transferência de recursos, seja por meio de Convênios ou Acordo de Cooperação Técnica, é reconhecidamente sensível a riscos e, pela relevância do PAA para os objetivos

estratégicos da Conab, a Audin programou ações de auditoria nas Superintendências de Rondônia, Bahia e Santa Catariana com o objetivo de: analisar a regularidade da utilização dos recursos transferidos para a Conab pelo Ministério do Desenvolvimento Social e Combate a Fome para a execução do Programa de Aquisição de Alimentos – PAA no exercício de 2009.

Como resultado das análises a Audin não constatou ocorrências graves, mas pequenas disfunções relacionadas à conformidade normativa, que mereceram recomendações orientativas de procedimentos explicitadas nos Relatórios de Auditoria.

12. Consistência da Folha de Pagamento

A verificação da conformidade das admissões, demissões e aplicação correta das verbas destinadas ao pagamento dos empregados da Companhia, foi objeto de ação de auditoria com foco na regularidade documental e na verificação dos cálculos das verbas pagas nas rubricas da folha de pagamento.

Foram examinados, de forma amostral, o(a)s: processos de admissão dos empregados por concursos público e outras formas de provimento; processos de demissão por interesse do empregado e imotivadas; processos de cessão de empregados a órgãos diversos da Administração Pública; registros de frequência, licenças e férias; pastas funcionais; registros dos débitos em abertos de ex-empregados; controles da participação no serviço de assistência à saúde e demais assuntos relevantes consignados no Relatório de Auditoria.

O método utilizado foi da amostragem aleatória, onde cada elemento da população tem uma probabilidade (não nula) de ser escolhido. Constatações ocorridas durante a execução dos trabalhos evidenciaram a necessidade de ampliação das amostras especificas para alguns dos grupos sob análise. Contudo, sempre com foco no que determina o inciso VI do art. 7º da IN/SFC/CGU nº. 01, de 3.1.2007.

Na sequência, o rol de "matrículas no Siape" dos empregados, que tiveram sua folha de pagamento analisada nos termos expostos anteriormente:

Nº	Matrícula SIAPE	Nº	Matrícula SIAPE	Nº	Matrícula SIAPE	Nº	Matrícula SIAPE	Nº	Matrícula SIAPE	Nº	Matrícula SIAPE
1	1532660	**28**	1581001	**55**	1781657	**82**	15290148	**109**	17040718	**136**	1270587
2	1536249	**29**	1667236	**56**	15293953	**83**	15845280	**110**	15603138	**137**	1264827
3	1610361	**30**	1795333	**57**	16174451	**84**	17043091	**111**	15327114	**138**	1085632
4	1616589	**31**	1328643	**58**	15832242	**85**	17043296	**112**	12715482	**139**	1270445
5	1538311	**32**	1585644	**59**	12599512	**86**	14442807	**113**	15791171	**140**	759771
6	1568001	**33**	1116921	**60**	4558039	**87**	16249681	**114**	9489531	**141**	1680796
7	1583226	**34**	1807991	**61**	14546386	**88**	13321551	**115**	12882176	**142**	1637494
8	1547865	**35**	1580993	**62**	6785610	**89**	25862209	**116**	15867518	**143**	1625964
9	1584513	**36**	1707912	**63**	15748861	**90**	17477385	**117**	1273154	**144**	1448793
10	1270777	**37**	1787335	**64**	25748864	**91**	15179913	**118**	1117665	**145**	1638265
11	1278801	**38**	1780762	**65**	241723	**92**	12996503	**119**	170884	**146**	1452089
12	1617102	**39**	1781575	**66**	2350643	**93**	15478562	**120**	1268847	**147**	1643946
13	1560352	**40**	1680820	**67**	15723095	**94**	16671960	**121**	1061823	**148**	1643757
14	1532663	**41**	1697183	**68**	4476512	**95**	15832234	**122**	1145584	**149**	2269372
15	1543381	**42**	1356645	**69**	17081147	**96**	15748811	**123**	1084741	**150**	1243749
16	1617457	**43**	1626185	**70**	17066211	**97**	16127623	**124**	1187768	**151**	1650081
17	1503065	**44**	1795890	**71**	16378421	**98**	16162585	**125**	1272233	**152**	1447724
18	1572486	**45**	1519803	**72**	14489706	**99**	16162704	**126**	170911	**153**	1650059
19	1572483	**46**	1035724	**73**	16972625	**100**	16162763	**127**	1271794	**154**	1644096
20	1820027	**47**	747342	**74**	15261334	**101**	16172114	**128**	1271331	**155**	1444341

21	1603564	**48**	445645	**75**	26969619	**102**	15421102	**129**	1273405	**156**	1637660
22	1643706	**49**	3586220	**76**	17302798	**103**	12119774	**130**	1268789	**157**	1637220
23	2265476	**50**	1623637	**77**	17303204	**104**	15770387	**131**	1086436	**158**	1637734
24	1731408	**51**	1454844	**78**	16941886	**105**	1623981	**132**	1271088	--	---
25	2421982	**52**	1780715	**79**	26659768	**106**	26035624	**133**	1268024	--	---
26	1347650	**53**	1583217	**80**	13800891	**107**	15676526	**134**	1270663	--	---
27	1573647	**54**	2272345	**81**	15645001	**108**	6736406	**135**	1273040	--	---

Por meio dessa ação constatou-se, como disfunções relevantes: pagamento de gratificações indevidas; ausência do desconto de faltas injustificadas; falta de controle no pagamento de vales transporte; inexistência/falta de documentação comprobatória de admissão de empregado; inconsistência na conformidade das pastas funcionais; admissão de empregados para o exercício de função gratificada por meio de contrato especial; divergências no atendimento aos preceitos de edital de concurso público; descontos de participação no sistema de assistência a saúde indevidos e inexistência de lotaciograma funcional.

13. Processo de Prestação de Contas da CONAB.

Compete regimentalmente à Auditoria Interna examinar a consistência e adequação das demonstrações econômico-financeiras e da Prestação de Contas Anual da Companhia emitindo o Parecer da Auditoria Interna. Por essa razão, a Audin realizou oito auditorias contemplando as Superintendências Regionais de Tocantins, Ceará, Rio de Janeiro, Mato Grosso do Sul, Minas Gerais, Goiás, Mato Grosso e Matriz.

Das análises levadas a efeito foi possível certificar-se da regularidade do Processo de Prestação de Contas da Companhia, ressalvando, no entanto, aspectos relacionados aos cálculos dos dividendos e da reserva legal, incidentes sobre o lucro apurado no exercício de 2009.

14. Auditoria Contábil e Financeira - CF.

Compete regimentalmente à Auditoria Interna promover *in loco* auditoria contábil, financeira, orçamentária e patrimonial. Assim sendo, foram deflagradas duas ações de auditoria com o intuito de examinar a gestão contábil-financeira nas Superintendências Regionais de Roraima e São Paulo.

Nessas ações, buscou-se comprovar a exatidão dos registros e das demonstrações contábeis relativamente a eventos que alteram o patrimônio e influenciam no resultado da Companhia. Das análises constatou-se impropriedades, as quais mereceram recomendações orientativas, corretivas e mitigadoras de riscos potenciais. Destas, merecem destaque: deficiência nos controles internos, notadamente com relação à ausência de análise e conciliação dos saldos contábeis; divergências nos saldos dos estoques públicos no confronto com os respectivos inventários; inconsistência nos saldos da conta de depósitos recursais e estrutura de recursos humanos inadequada.

Registre-se que a Superintendência do Maranhão foi selecionada, inicialmente, para a realização de auditoria contábil-financeira. Contudo, os trabalhos foram estendidos de modo a contemplar o registro consignado na Ata da 948ª Redir. Esse assunto será descrito, em detalhes, no próximo subitem.

14.1. Sureg-MA

O PAINT 2010 definiu, como objetivo desta ação de auditoria, examinar a gestão contábil-financeira em cumprimento ao disposto nas competências regimentais da Auditoria Interna e com o intuito de comprovar a exatidão dos registros e das demonstrações contábeis, relativamente a eventos que alteram o patrimônio e influenciam no resultado da Companhia.

Ademais, os trabalhos foram estendidos de modo a atender a CI/Gabin n.º 277, de 7.7.2010, em face do registro consignado na Ata 948ª Redir sobre a necessidade da Auditoria Interna promover auditorias de natureza operacional com o intuito de avaliar as ações gerenciais e os procedimentos relacionados ao processo operacional, ou parte dele, com a finalidade de emitir opinião sobre a gestão, procurando auxiliar os gestores da Companhia na gerência e nos resultados, por meio de recomendações que visem aprimorar os procedimentos, melhorar os controles internos administrativos, sensibilizar acerca dos riscos operacionais e aumentar a responsabilidade gerencial sob a égide da governança corporativa.

Assim sendo, considerando que a contabilidade é um instrumento de análise, gerência e decisão, utilizou-se da estratégia de, partindo dos demonstrativos contábeis, obter-se informações seguras sobre a situação econômico-financeira da Sureg/MA, além de subsídios para uma avaliação da performance operacional e, também, a identificação das fragilidades nos controles internos administrativos.

Das análises realizadas evidenciaram-se os pontos de fragilidades que mereceram recomendações, no sentido de se implementar ações saneadoras, assim como melhorias nos processos de trabalho. Das impropriedades identificadas merecem destaque:

a) diferenças apuradas nas quantidades entre os inventários de mercadorias das Atividades (PGPM, Estoque Estratégico, Mercado de Opções e PAA) e os inventários das unidades armazenadoras próprias que possuem a guarda desses estoques. Ademais, foram apuradas divergências nos saldos contábeis da conta “Mercadorias de Terceiros em Depósito” e os inventários de mercadorias depositadas nas unidades armazenadoras própria;

b) inexistência de análise e conciliação dos saldos contábeis no confronto com os controles das operações de Compra Antecipada da Agricultura Familiar – CPR Alimento;

c) impropriedades nas operações de Compra da Agricultura Familiar com Doação Simultânea – CPR Doação, notadamente no que se refere: c.1) formalização e instrução dos processos em desacordo com as normas prevalecentes; c.2) situações de irregularidades na execução de alguns projetos detectadas pela fiscalização da Conab; c.3) morosidade da Sureg/MA na adoção das medidas previstas nos normativos, nas situações de irregularidades detectadas pela fiscalização; e c.4) inexistência de análise e conciliação dos saldos contábeis no confronto com os controles operacionais (da operação sob comento);

d) fragilidade dos controles internos administrativos, o que contribuiu sobremaneira para as inconsistências verificadas nos demonstrativos contábeis; e

e) estrutura organizacional inadequada.

Não obstante as disfunções detectadas, registre-se que o processo de aquisição de bens e serviços (procedimentos licitatórios e contratos), de um modo geral, foram conduzidos seguindo os preceitos legais, merecendo, entretanto, em situações pontuais, medidas corretivas.

Por todo o exposto, foi possível concluir, amparados nas evidências que demonstraram as fragilidades nos controles internos administrativos, que a Sureg/MA possui deficiências no processo de gestão, que requerem medidas saneadoras, não só quanto a regularização de impropriedades, mas também com o fito de mitigar riscos potenciais que podem resultar em perdas financeiras para a Companhia.

15. Análise de Riscos das Ações de Auditoria de 2010.

Para cada ação de auditoria proposta para o ano de 2010, foi realizada uma prévia análise de riscos, na qual a Geris mapeou prováveis pontos de fragilidades. Durante os trabalhos de auditoria, estes riscos foram confirmados e outros não previstos foram identificados, e, com seus impactos e soluções mitigadoras, seguem elencados nas tabelas a seguir.

RISCOS - PGPM /AGF	
Pré-identificados	**Pós-identificados**
Estratégico/Modelo de Negócios • Intempestividade na intervenção **Estratégico/Político e Econômico** • Dependência de recursos (STN) **Operacional/Processo** • Desvios • Fiscalização ineficaz • Falhas na classificação dos grãos • Grande volume de documentos gerados **Operacional/Pessoal** • Falta de técnicos para acompanhamento e controle **Operacional/Tecnologia** • Necessidade de automatização dos processos • Indisponibilidade tempestiva de informações • Falta de integridade e confiabilidade das informações **Operacional/Infra-estrutura** • Armazéns com condições precárias para recebimento **Conformidade** • Lacunas nos normativos internos • Desatualização das normas do MOC relativas à AGF	**Estratégico/Modelo de Negócios** • Intempestividade na intervenção • Existência de demanda reprimida **Estratégico/Político e Econômico** • Influências externas e contexto político • Dependência de recursos (STN) • Aumento constante das intervenções governamentais **Operacional/Processo** • Fiscalização ineficaz • Grande volume de documentos gerados • Falhas nos controles internos **Operacional/Pessoal** • Falta de técnicos para acompanhamento e controle **Operacional/Tecnologia** • Necessidade de automatização dos processos • Indisponibilidade tempestiva de informações • Falta de integridade e confiabilidade das informações **Operacional/Infra-estrutura** • Armazéns com condições precárias para recebimento • Capacidade insuficiente de armazenamento da região **Financeiro/Liquidez** • Atrasos na liberação de recursos pela STN **Conformidade** • Lacunas nos normativos internos (fiscais, operacionais, contábeis e financeiros) • Desatualização das normas do MOC relativas à AGF
Impactos possíveis	
• Ineficácia da Política • Prejuízos à imagem da Companhia • Perdas financeiras • Notificações dos órgãos de controle • Retrabalho	
Medidas mitigadoras propostas	
• Atualização dos normativos internos • Acompanhamento intensivo das operações (fiscalização) • Aprimoramento dos controles internos • Redesenho de processos visando diminuir a quantidade de documentos gerados • Reunião com a STN para discutir sobre a liberação de recursos	

RISCOS – SUBVENÇÃO - PEP	
Pré-identificados	**Pós-identificados**
Estratégico/Modelo de Negócios • Excesso de poder de negociação dos corretores **Estratégico/Político e Econômico** • Pressões do segmento agrícola • Aumento constante das intervenções governamentais **Operacional/Processo** • Fiscalização pouco intensiva • Grande volume de documentos gerados • Inexistência de procedimentos padronizados para conferência de documentação **Operacional/Pessoal:** • Falta de técnicos para acompanhamento e controle **Operacional/Tecnologia** • Necessidade de automatização dos processos	**Estratégico/Modelo de Negócios** • Dificuldade de assegurar o preço mínimo ao produtor rural • Grandes diferenças de preço do frete na mesma região de origem • Excesso de poder de negociação dos corretores • Operações de difícil viabilidade, onde o custo do frete é superior ao preço do produto **Estratégico/Político e Econômico** • Pressões do segmento agrícola • Aumento constante das intervenções governamentais **Operacional/Processo** • Fiscalização pouco intensiva • Grande volume de documentos gerados • Pouca divulgação e esclarecimentos sobre o PEP • Arrematante paga antecipado correndo o risco de ficar sem o produto no prazo estipulado • Operações descasadas (origem/destino)

• Indisponibilidade tempestiva de informações • Falta de integridade e confiabilidade das informações **Conformidade** • Lacunas e falta de clareza dos normativos internos	• Inexistência de procedimentos padronizados para conferência de documentação **Operacional/Pessoal** • Falta de técnicos para acompanhamento e controle **Operacional/Tecnologia** • Necessidade de automatização dos processos • Indisponibilidade tempestiva de informações • Falta de integridade e confiabilidade das informações **Conformidade** • Lacunas e falta de clareza dos normativos internos

Impactos possíveis

- Não atingimento dos objetivos da operação
- Prejuízos à imagem da Companhia
- Perdas financeiras
- Notificações dos órgãos de controle
- Retrabalho

Medidas mitigadoras propostas

- Melhorias nos controles internos
- Divulgação ampla do instrumento ao seu público-alvo
- Automatização dos processos
- Atualização dos normativos internos
- Redesenho da operação visando a melhoria dos processos

RISCOS - FOLHA DE PAGAMENTO

Pré-identificados	Pós-identificados
Operacional/Processo • Duplicidade no pagamento dos benefícios • Cadastro dos empregados desatualizado • Irregularidades no processo de admissão/demissão/cessão • Duplicidade de tarefas e controles • Falta de acuracidade dos cálculos dos salários, encargos e benefícios • Irregularidades nos pagamentos de gratificações por desempenho de atividades • Alterações indevidas de cargos, funções e salários • Pagamentos de horas extras sem autorizações • Inconsistências em função da migração para o novo plano **Operacional/Pessoal** • Corpo técnico insuficiente para atender a demanda de trabalho • Conhecimento e domínio do assunto na mão de poucos empregados **Operacional/Tecnologia** • Utilização de controles paralelos por deficiência do sistema • Informações desatualizadas nos sistemas **Financeiro** • Prejuízos oriundos de pagamentos/descontos indevidos • Concessão indevida de benefícios **Conformidade** • Lacunas e inconsistências nos normativos internos • Falta de aderência às normas e à legislação vigente • Alterações constantes nas legislações trabalhistas e tributárias	**Estratégico** • Centralização das atividades de RH na Matriz • Ausência de indicadores de performance **Operacional/Processo** • Procedimentos e atividades não documentadas (manuais, mapas de processo) • Duplicidade no pagamento dos benefícios • Cadastro dos empregados desatualizado • Irregularidades no processo de admissão/demissão/cessão • Falta de padronização e critério no pagamento dos adicionais de insalubridade • Duplicidade de tarefas e controles • Falta de acuracidade dos cálculos dos salários, encargos e benefícios • Irregularidades nos pagamentos de gratificações por desempenho de atividades • Alterações indevidas de cargos, funções e salários • Pagamentos de horas extras sem autorizações • Inconsistências em função da migração para o novo plano **Operacional/Pessoal** • Corpo técnico insuficiente para atender a demanda de trabalho • Conhecimento e domínio do assunto na mão de poucos empregados **Operacional/Tecnologia** • Falhas na comunicação do Sistema Sênior com o Sistema Siape • Utilização de controles paralelos por deficiência do sistema • Livre acesso no sistema para concessão de salários/benefícios e cadastros • Informações desatualizadas nos sistemas **Operacional/Infra-estrutura** • Deficiência na estrutura do arquivo geral de guarda de documentos **Financeiro** • Prejuízos oriundos de pagamentos/descontos indevidos • Concessão indevida de benefícios • Multa por atraso no recolhimento dos encargos • Prejuízos resultantes de demandas judiciais **Conformidade** • Lacunas e inconsistências nos normativos internos • Falta de aderência às normas e à legislação vigente • Falta de conformidade dos registros contábeis • Alterações constantes nas legislações trabalhistas e tributárias

- Descumprimento contratual dos credenciados (SAS)

Impactos possíveis

- Perdas financeiras
- Notificações dos órgãos de controle
- Retrabalho
- Prejuízos legais (causas trabalhistas)
- Prejuízos à imagem da Companhia

Medidas mitigadoras propostas

- Aprimoramento dos controles internos
- Atualização de normativos internos
- Descentralização das atividades de RH na Matriz
- Atualização de cadastros e informações dos beneficiários
- Manutenções corretivas e evolutivas nos sistemas de informações
- Redimensionamento e desenvolvimento do corpo técnico

RISCOS - VENDAS EM BALCÃO

Pré-identificados	Pós-identificados
Estratégico/Político e Econômico • Utilização do Programa como instrumento político **Operacional/Processo** • Falta de fiscalização sistemática • Deficiência nos controles internos • Falhas no cadastramento dos produtores • Utilização do Programa para revenda de produtos **Operacional/Pessoal** • Falta de técnicos para acompanhamento, fiscalização e controle do Programa • Falta de capacitação dos técnicos que participam da operacionalização do Programa **Operacional/Tecnologia** • Necessidade de automatização dos processos • Indisponibilidade tempestiva de informações • Falta de integridade e confiabilidade das informações **Operacional/Infra-estrutura** • Condições precárias das Unidades Armazenadoras da Companhia **Conformidade** • Lacunas e inconsistências nos normativos internos	**Estratégico/Modelo de Negócios** • Critérios para definição dos limites para compra • Ausência de metodologia de formação de preços • Falhas no estabelecimento das cotas de consumo do plantel • Parceria com entidades de extensão rural sem formalização **Estratégico/Político e Econômico** • Utilização do Programa como instrumento político **Operacional/Processo** • Falta de fiscalização sistemática • Deficiência nos controles internos • Falta de classificação dos produtos no destino • Dificuldades de comunicação entre as UAs, Suregs e Matriz • Falhas no cadastramento dos produtores • Falta de divulgação do Programa por parte dos pequenos produtores • Utilização do Programa para revenda de produtos **Operacional/Pessoal** • Falta de técnicos para acompanhamento, fiscalização e controle do Programa • Falta de capacitação dos técnicos que participam da operacionalização do Programa • Falta de contrato de serviço de braçagem **Operacional/Tecnologia** • Necessidade de automatização dos processos • Indisponibilidade tempestiva de informações • Falta de integridade e confiabilidade das informações • Deficiência de recursos tecnológicos (computadores, sistemas) **Operacional/Infra-estrutura** • Condições precárias das Unidades Armazenadoras da Companhia **Financeiro** • Recebimento de pagamento em espécie **Conformidade** • Lacunas e inconsistências nos normativos internos

Impactos possíveis

- Ineficácia e/ou desvios dos objetivos do Programa
- Prejuízos à imagem da Companhia
- Perdas financeiras
- Notificações dos órgãos de controle
- Extinção do Programa

Medidas mitigadoras propostas

- Adequação do Cadastro do Produtor
- Desenvolvimento de sistema para o registro das operações e geração de relatórios gerenciais para acompanhamento da UA
- Adequação do quadro de pessoal a fim de promover uma fiscalização efetiva do Programa
- Estabelecimento de rotina de atualização cadastral dos produtores
- Estabelecimento de parceria formalizada com os órgãos de extensão rural
- Contratação de empresa prestadora do serviço de braçagem

- Atualização e adequação dos normativos que regulam o Programa

RISCOS – UNIDADES ARMAZENADORAS	
Pré-identificados	**Pós-identificados**
Estratégicos • Ausência de planejamento para Certificação das Unidades Armazenadoras **Operacional/Processo** • Procedimentos e atividades não documentadas (manuais, mapas de processo) • Falta de padronização nos procedimentos de admissão do produto no armazém **Operacional/Pessoal** • Corpo técnico insuficiente para atender a demanda de trabalho • Falta de capacitação dos empregados para o desempenho da função **Operacional/Tecnologia** • Utilização de controles paralelos por deficiência do sistema • Gestores e empregados sem os conhecimentos necessários para operação do sistema **Operacional/Infra-estrutura** • Falta de material para o desempenho das atividades • Falta de equipamentos de suporte às operações de entrada e saída de produtos (balança) **Financeiro** • Débitos não quitados sem a garantia do produto em estoque **Conformidade** • Lacunas e inconsistências nos normativos internos • Operações realizadas fora dos normativos vigentes	**Estratégicos** • Falta de monitoramento das alterações de procedimento das normas de armazenagem • Ausência de indicadores de desempenho • Informações insuficientes para a tomada de decisão • Ausência de planejamento e ação para a Certificação da Unidade Armazenadora **Operacional/Processo** • Procedimentos e atividades não documentadas (manuais, mapas de processo) • Empresa de braçagem com contratos vencidos e sem previsão de renovação • Falta de padronização nos procedimentos de admissão do produto no armazém **Operacional/Pessoal** • Corpo técnico insuficiente para atender a demanda de trabalho • Falta de capacitação dos empregados para o desempenho da função • Empregados com atividade insalubre sem o pagamento do adicional de insalubridade • Utilização de pessoal sem vínculo com a Conab para atividades operacionais dentro dos armazéns **Operacional/Tecnologia** • Sistema de informações da UA sem o suporte técnico local de manutenção • Utilização de controles paralelos por deficiência do sistema • Gestores e empregados sem os conhecimentos necessários para operação do sistema • Inexistência de meios alternativos em caso de falha operacional do Sistema • Dificuldades de acesso às informações atualizadas do Sistema SAAGRA por não operar em rede **Operacional/Infra-estrutura** • Deficiências na estrutura do escritório das UAs (mobiliário e espaço) • Falta de material para o desempenho das atividades, inclusive EPI • Falta de equipamentos de suporte às operações de entrada e saída de produtos (balança) **Financeiro** • Ausência de relatório diário com a posição dos pagamentos dos serviços para subsidiar a liberação do produto • Falhas na retenção dos tributos nas operações de armazenagem ou venda de produtos • Débitos não quitados sem a garantia do produto em estoque **Conformidade** • Lacunas e inconsistências nos normativos internos • Operações realizadas fora dos normativos vigentes
Impactos possíveis	
• Riscos à concessão para armazenagem • Não cumprimento das metas estabelecidas • Perdas financeiras • Prejuízos a imagem da Companhia • Perda de produtos • Sobrecarga de trabalho • Multas • Penalização dos gestores • Notificações dos órgãos de controle	
Medidas mitigadoras propostas	
• Recomposição do quadro de pessoal de acordo com as necessidades • Cursos de reciclagem permanentes nos diversos programas e equipamentos • Adoção de indicadores de desempenho que possam medir as ações das Unidades Armazenadoras possibilitando a tomada de decisão por parte dos gestores • Aquisição e instalação de balança rodoviária nas UAs • Estabelecimento de controles sobre os contratos de armazenagem, bem como orientação aos gerentes das UAs sobre o correto procedimento a ser adotado • Planejamento, execução e acompanhamento das ações visando a Certificação das Unidades Armazenadoras	

RISCOS – CONTRATOS E LICITAÇÕES

Pré-identificados

Operacional/Processo
- Falhas nos controles internos
- Ausência de acompanhamento periódico do fiscal do contrato.

Operacional/Pessoal
- Corpo técnico insuficiente para atender a demanda de trabalho
- Falta de capacitação dos empregados para o desempenho da função

Operacional/Tecnologia
- Inconsistência dos relatórios gerados pelos sistemas de informações

Conformidade
- Lacunas e inconsistências nos normativos internos
- Operações realizadas fora dos normativos vigentes
- Ausência de normas e manuais que tratam de Licitações e Contratos

Pós-identificados

Estratégicos
- Informações insuficientes para a tomada de decisão

Operacional/Processo
- Falhas nos controles internos
- Dificuldade na realização da Pesquisa de Mercado prévia à licitação ou prorrogação contratual
- Ausência de acompanhamento periódico do fiscal do contrato
- Falha na delimitação clara e completa do objeto do certame
- Nomeação de um mesmo fiscal para o acompanhamento de diversos contratos.

Operacional/Pessoal
- Corpo técnico insuficiente para atender a demanda de trabalho
- Falta de capacitação dos empregados para o desempenho da função
- Acúmulo de funções, gerando sobrecarga de trabalho
- Risco de ocorrência de erros em face da prática viciada de procedimentos de trabalho

Operacional/Tecnologia
- Inconsistência dos relatórios gerados pelos sistemas de informações
- Sistema de informação sem o suporte técnico local de manutenção (UAs)
- Utilização de controles paralelos por deficiência do sistema
- Gestores e empregados sem os conhecimentos necessários para operação do sistema

Financeiro
- Erro na especificação do objeto a ser licitado gerando prejuízo financeiro

Conformidade
- Lacunas e inconsistências nos normativos internos
- Operações realizadas fora dos normativos vigentes
- Ausência de normas e manuais que tratam de Licitações e Contratos, que padronizem seus procedimentos e orientem os fiscais dos contratos

Impactos possíveis

- Retrabalho
- Perdas financeiras
- Notificações dos órgãos de controle
- Prejuízos à imagem da companhia
- Prejuízos legais (impugnações / cancelamento de contratos)
- Interrupção dos serviços relevantes para a Companhia
- Sobrecarga de trabalho

Medidas mitigadoras propostas

- Aprimoramento dos controles internos
- Acompanhamento contratual continuo e elaboração periódica de relatórios/livro registros
- Nomeação de fiscais de contrato com conhecimento sobre o assunto
- Elaboração de um Manual de Procedimentos para os fiscais de contratos
- Padronização, por meio de manual e modelos, dos procedimentos licitatórios
- Capacitação dos empregados da Sureg que atuam na área de Licitações e Contratos e contratação de novos técnicos.

RISCOS – PROGRAMA DE AQUISIÇÃO DE ALIMENTOS (PAA)

Pré-identificados

Estratégico/Político e Econômico
- Utilização do Programa como instrumento político

Operacional/Processo
- Falta de fiscalização sistemática
- Problemas na qualidade dos produtos doados
- Falhas e dificuldades de cadastramento (DAP)
- Falta de conhecimento do Programa por parte dos pequenos agricultores

Operacional/Pessoal
- Falta de técnicos para acompanhamento e controle do Programa

Operacional/Tecnologia
- Necessidade de automatização dos processos

Financeiro
- Inadimplência

Pós-identificados

Estratégico/Modelo de Negócios
- Necessidade de ampliação dos limites de crédito aos agricultores familiares
- Pouca atuação dos Conselhos Municipais e Prefeituras
- Necessidade constante de fortalecimento do Programa

Estratégico/Político e Econômico
- Ausência de apoio do Poder Público
- Utilização do Programa como instrumento político

Operacional/Processo
- Falta de fiscalização sistemática
- Dificuldade de estruturação dos pequenos agricultores para beneficiamento dos produtos
- Problemas na qualidade dos produtos doados
- Dificuldades de comunicação entre Conab/Agricultores/Cooperativas
- Falhas e dificuldades de cadastramento (DAP)
- Falta de conhecimento do Programa por parte dos pequenos agricultores
- Atrasos na aprovação dos projetos

Conformidade • Lacunas nos normativos internos	**Operacional/Pessoal** • Falta de técnicos para acompanhamento e controle do Programa • Falta de uma área de PAA na estrutura organizacional das Suregs • Falta de capacitação dos parceiros que participam do Programa **Operacional/Tecnologia** • Necessidade de automatização dos processos **Operacional/Infra-estrutura/Meio Ambiente** • Alterações constantes nos projetos em virtude de adversidades climáticas e/ou ambientais **Financeiro** • Inadimplência **Conformidade** • Lacunas nos normativos internos
Impactos possíveis	
• Desvio de finalidade do projeto • Fraudes e irregularidades • Perdas Financeiras • Prejuízos a imagem da Companhia • Notificações dos órgãos de controle • Sobrecarga de trabalho	
Medidas mitigadoras propostas	
• Aprimoramento dos mecanismos de controle interno • Atualizações nos normativos internos • Aumento da atuação da área de promoção institucional visando uma maior divulgação e esclarecimentos sobre o Programa • Recomposição do quadro de pessoal • Estabelecimento de etapas de fiscalização que envolva todos os agentes participantes do Programa	

RISCOS – CONTÁBIL/FINANCEIRA	
Pré-identificados	**Pós-identificados**
Operacional/Processo • Falhas nos controles internos **Operacional/Pessoal** • Estrutura inadequada de RH **Conformidade** • Lacunas nos normativos internos **Operacional/Tecnologia** • Deficiência de informações • Deficiência de recursos tecnológicos **Operacional/Infra-estrutura** • Problemas de estrutura física	**Operacional/Tecnologia** • Relatórios extra-contábeis inconsistentes gerando insegurança quanto à compatibilidade dos saldos contábeis • Manutenção corretiva e evolutiva do sistema de controle de estoques executada exclusivamente por consultores externos **Operacional/Pessoal** • A estrutura orgânica do setor contábil das Suregs favorece a não segregação de funções • Concentração das atividades de empenho, liquidação, pagamento e fiscal no mesmo setor • Profissionais com formação contábil em número insuficiente para a execução das tarefas • Sobrecarga de trabalho **Operacional/Processo** • Incompatibilidade dos saldos contábeis das contas de depósitos recursais e judiciais com os relatórios da Caixa Econômica Federal. **Conformidade** • Lacunas nos normativos internos
Impactos possíveis	
• Retrabalho • Notificações dos órgãos tributários • Notificações dos órgãos de controle • Falta de informações para tomada de decisão • Falhas na operacionalização • Perdas financeiras • Prejuízos à imagem da Companhia	
Medidas mitigadoras propostas	
• Análise e identificação das inconsistências e compatibilização dos saldos contábeis • Acompanhamento sistemático dos saldos contábeis • Criação de setores específicos de modo a permitir a segregação de funções • Realização de concurso público para as áreas de TI e setor contábil das Suregs e Matriz • Ação conjunta da área jurídica e contábil na conciliação dos saldos dos depósitos recursais e judiciais • Desenvolvimento de sistema informatizado que possibilite maior controle das ações judiciais em cursos na Companhia	

RISCOS – CIBRIUS	
Pré-identificados	**Pós-identificados**
a) Incapacidade de cobertura dos compromissos de médio e longo prazos (provisões matemáticas de benefícios a conceder), cuja insuficiência atuarial posicionada em 31.12.2008 atingiu R$ 537.940.646,13. Referido cenário constitui-se no principal risco e de maior significância, já que ameaça o futuro da entidade. b) Ações judiciais impetradas por assistidos do plano de benefícios, pleiteando a mudança de indexador do TR para INPC/IBGE. c) Ações impetradas por empregados da patrocinadora (reintegrados e anistiados), pleiteando a integração no plano de benefícios (Benefício Definido), sem o pagamento da jóia de obrigação. d) Inviabilidade de inserção de novos participantes no atual Plano de Benefícios, sob a modalidade de Benefício Definido, o que contribui para o declínio patrimonial da entidade. e) Divergências não planejadas – DNP´s f) Risco de crédito (*rating*) g) VaR (*Value at Risk*) dos fundos de investimentos	a) Relativamente ao item "**a**", constitui-se no principal risco da entidade, e, não obstante as iniciativas para o equacionamento do problema nos últimos tempos, estas não vêm sendo materializadas e implementadas dentro da celeridade requerida. Isto vem recrudescendo, cada vez mais, o risco de insolvência. b) No tocante ao item "**b**", decisões judiciais favoráveis à mudança do indexador de atualização dos benefícios pagos pela entidade, de TR para INPC/IBGE, constitui-se, também, em fator de risco no processo de descapitalização da entidade, ou a um aumento significativo da contribuição dos participantes, já os serviço passado contratado junto à patrocinadora é corrigido pela TR da entidade, já que os benefícios a conceder têm uma cobertura de apenas 7,05% (cálculo da última avaliação atuarial). Por outro lado, a maturidade do plano atual já está em seu grau máximo de capitalização, e, como não há adesão de novos participantes, o patrimônio da entidade está em declínio. c) Quanto ao item "**c**" dos riscos pré-identificados, o julgamento favorável à inserção de empregados no atual plano de benefícios sem o pagamento da respectiva jóia poderá contribuir para a aceleração do processo de descapitalização da entidade. d) Com relação aos riscos pós identificados, itens "e", "f" e "g", no transcorrer do exercício de 2009, não ocorreram DNP´s negativas, a entidade manteve controle do risco de crédito de sua carteira de investimentos e contou com apoio de uma Consultoria para avaliação do VaR de sua carteira. Sendo assim, os riscos pré-identificados não se mostraram significativos.
Impactos possíveis	
• O não equacionamento das insuficiências atuariais dentro da urgência requerida; • Insolvência e, por consequência, a liquidação da entidade.	
Medidas mitigadoras propostas	
Com referência às medidas mitigadoras elencadas em 2008, os estudos de saldamento do atual plano de benefícios (Benefício Definido) e a constituição de um novo plano de Contribuição Variável, já foram concluídos e aprovados pela Patrocinadora. Referido estudo contempla a contratação das insuficiências atuariais (serviço passado) e a alteração do indexador do plano de TR para INPC/IBGE. Entretanto, a entidade ainda está suscetível ao risco de longo prazo, caso não seja agilizada a implementação dos estudos referenciados, dentro do menor espaço temporal possível, porquanto a tendência é de um processo de deterioração patrimonial ao longo do tempo. Nesse sentido, recomenda-se agilizar a aprovação e implementação das medidas saneadoras consubstanciadas nos estudos atuariais.	

16. Problemática Administrativa – Gestão de Pessoas

O fortalecimento das atividades de auditoria interna depende fundamentalmente da consolidação da sua equipe de auditores internos. O desenvolvimento de um quadro técnico de auditores internos de formação multidisciplinar, tecnicamente qualificado, estável, em número ideal e bem remunerado, ainda é um dos grandes desafios dos gestores da Audin.

A equipe da Auditoria Interna é formada por uma Chefe de Auditoria Interna, três Gerentes de Área, dezesseis auditores internos, uma procuradora, dois secretários e um contínuo. As três gerências contam com o seguinte efetivo: quatro auditores e uma procuradora na Gerência de Suporte Técnico-Operacional, dez auditores na Gerência de Auditoria e dois auditores lotados na Gerência de Riscos.

Apesar de não ter ocorrido, no ano de 2010, cessões para outros órgãos ou transferências de auditores para outras áreas da Companhia, o quadro funcional atual é insuficiente para atender a demanda da Auditoria Interna. Dessa forma, estima-se que a equipe ideal da Audin deverá ser composta de trinta auditores internos e um assistente.

Cumpre-nos ressaltar que além da carência dos quatorze auditores internos para compor nosso quadro de pessoal, há, também, na Auditoria Interna sete auditores intenos (44% do quadro atual) que já possuem os requisitos exigidos para aposentadoria no ano de 2011 (tempo de serviço e tempo de contribuição), fator esse que deve ser considerado como agravante para a composição da Audin em um futuro próximo.

Conforme pode se depreender das descrições apresentadas no item 4.1, que relatam as movimentações ocorridas no quadro técnico da Auditoria Interna da Conab, é possível computar a entrada de um auditor interno na área, por transferência interna. Apesar disso, esse aumento não retrata melhora na situação problemática enfrentada pelos gestores da Audin, uma vez que permanece incólume a necessidade urgente de recomposição do seu quadro de pessoal.

17. Ações de Capacitação

Em atenção à sinalização da Controladoria Geral da União sobre a necessidade do urgente aperfeiçoamento técnico dos profissionais que militam nas auditorias internas e para atender o Objetivo Estratégico da Conab n.º 16 e o Manual de Auditoria Interna – MAI, que prevêem o desenvolvimento profissional continuado e a capacitação do corpo de auditores internos da CONAB, os auditores internos da Audin participaram, ao longo de 2010, de cursos e palestras de treinamento e capacitação profissional.

Para tanto, conforme apresentado no Plano Anual de Atividades da Auditoria Interna de 2010 (PAINT), pretendeu-se, no decorrer do exercício, realizar preferencialmente treinamentos e capacitações nas áreas que seriam objetos das ações de auditoria selecionados no Planejamento, bem como cursos de atualização de técnicas de auditoria interna, segundo pode se aferir no quadro abaixo (tabela 6):

Tabela 6

Treinamento e Aperfeiçoamento Profissional

	CURSOS	Total Horas	Qtide Auditores
1	Planejar, Estruturar Processos e Estratégias na Auditoria Interna.	16	1
2	12ª Conferência - Gestão de Riscos para Auditoria Interna	16	1
3	Gerenciamento do Sistema de Registro de Preços	16	2
4	Fundamentos de Contabilidade para não Contadores	48	6
5	AUDI II - Nível intermediário - Auditores com Experiência	40	1
6	XXXII CURSO SOBRE SIAFI GERENCIAL – Sist. Integ. de Adm. Financeira	24	1
7	Gestão de Contratos Administrativos	7	1
8	Gestão de Documentos Públicos: Protocolos e Arquivos	24	1
9	Casos Práticos das Normas do CPC - Lei n.º 11.941/09 (RTT), e-LALUR e Fcont	8	1
10	Análise de Pocessos Aplicada a Auditoria e aos Controles Internos	16	1
11	A Função Gerencial da (o) Secretária (o)	16	1
12	75º Curso sobre SIAFI Operacional	48	1
13	Curso Avançado de Licitações e Contratos	264	11
14	3º Encontro Nacional de Contabilidade Pública	45	5

15	XIX Curso de Auditoria e Controles Internos Governamentais	40	1
16	X Curso de Tomada de Contas Especial - Teoria e Prática	112	7
17	O Relatório de Auditoria - Linguagem e Estrutura	304	3
18	Auditoria de Natureza Operacional e Conformidade	48	2
19	Treinamento Introdutório	6	1
20	Gerenciamento do Risco Corporativo	32	2
21	Seminário Ética na Gestão - XI Encontro dos Integrantes da Rede de Ética do Poder Executivo Federal	16	1
22	Secretária com Foco em Gestão	16	2
23	Curso de Windows XP, Internet e Br Office Básico - Writer e Calc	60	1
24	II Congresso de Contabilidade e Tributos	20	1
25	9º Congresso Brasileiro de Agronegócios "Agribusiness - Cenários Comunicação e Governança"	40	4
	Total	**1282**	

A participação dos auditores internos da Audin nos mencionados cursos e palestras é imprescindível ao aprimoramento de técnicas em auditoria governamental e para agregar conhecimento técnico em diversas áreas, tais como Contabilidade Pública, Licitações e Contratos Administrativos e Tomada de Contas Especial.

18. Ações de Fortalecimento da Unidade de Auditoria Interna

18.1. Normativos Internos

Não houve alterações substanciais nos principais normativos internos da Audin, quais sejam, o Manual de Auditoria Interna – MAI e o Código de Ética da Auditoria Interna.

18.2. Desenvolvimento de Metodologias e *Softwares*

No decorrer do ano de 2010, a Audin solicitou melhorias no sistema Siaudi à área de Tecnologia da Informação - TI da empresa. Todavia, considerando a quantidade de sistemas que a Conab possui (muitos deles essenciais à operacionalização dos programas da Companhia), e o reduzido quadro de recursos humanos com qualificação na área de TI, o pedido de alterações para o Siaudi foi inserido em uma escala de prioridades.

Apesar disso, as demandas classificadas como de fácil implantação foram atendidas, como por exemplo: inserção do editor de texto e do relatório das constatações e recomendações da auditoria, melhor navegabilidade no sistema e identificação dos auditores no relatório gerencial do acompanhamento das pendências. Entretanto, a demanda de inserção de “módulo para elaboração dos programas de auditoria específicos” (para cada ação de auditoria), por se tratar de manutenção evolutiva do sistema, também foi inserida na escala de prioridades da área de TI.

18.3. Carreira do Auditor Interno

No final do ano de 2009 foi aprovado o novo Plano de Cargos e Salários - PCCS, cuja implantação se deu em janeiro de 2010. Pelo novo plano, o espaço ocupacional de Auditor

Interno está inserto no cargo de Analista (em substituição ao antigo TNS) e possui as seguintes características:

ESPAÇO OCUPACIONAL: Auditor Interno
PRINCIPAIS ATRIBUIÇÕES Realizar auditorias administrativa, operacional, contábil, financeira e orçamentária e verificar o cumprimento das normas e legislação vigentes; Promover auditoria preventiva, orientando as áreas no sentido de observar a melhoria contínua dos processos; Realizar as atividades de auditoria em empresas coligadas, controladas e outras, por força de compromisso contratual; Examinar e opinar sobre as consistências e a adequação das demonstrações econômico-financeiras, e a prestação de contas anual da Companhia; Emitir pareceres sobre as tomadas de contas efetuadas no âmbito da Companhia; Acompanhar as diligências e o atendimento às solicitações dos órgãos que compõem o Sistema de Controle Interno da União e das auditorias independentes.
PRÉ-REQUISITOS PARA PROVIMENTO DO ESPAÇO OCUPACIONAL **Formação:** Ensino Superior Completo e reconhecido MEC **Capacitação Requerida:** Ciências Contábeis ou Administração ou Economia **Capacitação Desejada:** Especialização na Área Financeira ou Auditoria Interna ou Controle Internos **Experiência:** Mínima de 6 meses
COMPETÊNCIAS TÉCNICAS Avaliação de Riscos e Controles Auditoria Interna Controles Internos Recursos de Tecnologia da Informação Administração do Tempo Relacionamento Interno e Externo Consciência do Contexto Organizacional Elaboração de Relatórios Gerenciais Comunicação Escrita Segurança da Informação Controle Interno Administrativo Gestão Central de Licitação
COMPETÊNCIAS ESTRATÉGICAS 1. Trabalho em Equipe 2. Adaptação à Mudança 3. Iniciativa e Dinamismo 4. Conhecimento da Organização 5. Aquisição e Transferência de Conhecimentos 6. Foco no Cliente

As disposições elencadas no novo Plano de Cargos e Salários, referentes ao cargo de Analista na função Auditor Interno, se consubstanciam como um importante passo para a implementação e consolidação da carreira dos auditores internos da Audin, ainda em processo de desenvolvimento. Nesse sentido, já foi solicitado à Dirad, área responsável pela estrutura de recursos humanos, para inserir no tópico capacitação requerida do item pré-requisitos para provimento do espaço ocupacional outras áreas de atuação e atender, assim, a necessidade de um quadro técnico multidisciplinar, consoante CI Audin/Gedop n.º 251, de 22.6.2010.

19. Considerações Finais

Conforme visto, para consolidar o foco de sua atuação orientativa e preventiva e atender às necessidades da Companhia, a Audin vem continuamente implementando sua atuação através do aprimoramento qualitativo e consubstancial das ações de auditoria interna, da formação de uma equipe multidisciplinar, do redesenho organizacional da área, da manualização de procedimentos, do desenvolvimento do sistema informatizado de auditoria e do aprimoramento de técnicas e de métodos de trabalhos.

Vislumbra-se, portanto, que a Auditoria Interna cumpriu devidamente suas competências regimentais no ano de 2010, ao assistir à organização na consecução de seus objetivos institucionais, ao propor melhorias nos controles internos administrativos e ao elaborar soluções mitigadoras dos riscos identificados, contribuindo, assim, de forma independente, objetiva e disciplinada, com o processo de governança corporativa.

Brasília-DF, 31 de janeiro de 2011.

Osvaldo Gonçalves Pateiro
Gerência de Auditoria
Gerente Substituto

Marcelo Henrique Coelho
Gerência de Desenvolvimento Técnico-Operacional
Gerente

Júlia Mendes Nogueira
Gerência de Riscos
Gerente

De acordo.

Encaminhe-se à Presi.

Brasília/DF, 31.01.2011.

Maria Inês Lasmar Alvarenga
Auditoria Interna
Chefe